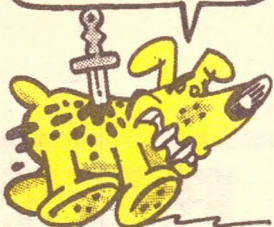


ERUNDINA QUER
TRATAMENTO
NELSON RODRIGUEANO DO PE
PERDOA-ME POR ME TRAÍRES



BRASIL AGORA

EXTRA: MICHEL JACKSON DIZ
QUE ESTA FICANDO BRANCO
POR CAUSA DE UMA DOENÇA!



ANO II Nº 33

23 DE FEVEREIRO A 7 DE MARÇO DE 1993

CR\$ 23.000,00



O carro popular vai continuar com tecnologia ultrapassada, custando caro e dando lucros abusivos à indústria. Mas o acordo com os trabalhadores tem aspectos positivos.

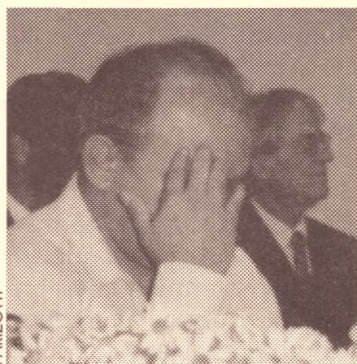
PÁGINAS 8 A 10



ÉDER CHIODETTO/FOLHA IMAGEM

ERUNDINA
Entrevista exclusiva com a ministra

PÁGINA 5



PARIZOTTI

MEDEIROS
A ofensiva contra o superpelego

PÁGINA 11



KIPPER

JAPÃO
A crise está chegando lá

PÁGINAS 14 E 15



ANTÔNIO GAUDÉRIO/FOLHA IMAGEM

CARNAVAL
A resistência carioca

PÁGINA 16

DIÁLOGO



FIQUE DE OLHO

Assistimos de longe ao debate sobre o corte de três zeros no dinheiro, mais uma vez. A princípio parece razoável: facilita os cálculos, produz um efeito psicológico positivo e os números menores agem como tranquilizadores do mercado.

Na conversão, por exemplo, de Cr\$435,00 para Cr\$0,43, os cinco cruzeiros desaparecem. Mas, na realidade, são transferidos do correntista para o banqueiro. Do ponto de vista individual isso pode não significar nada, porém, se multiplicarmos por cem milhões, isso passa a valer 500 milhões de cruzeiros.

Nunca vi essa diferença ser contabilizada para o pequeno investidor. O problema é que não só os zeros são cortados, mas sim todos os algarismos inferiores a uma dezena. A alegação dada, sobre a capacidade das calculadoras, não me parece um bom motivo para subordinar uma decisão político-econômica que envolve 140 milhões de pessoas.

Seria bom que os nossos legisladores pensassem bem. Esta decisão não é tão sem conseqüências como aparenta.

ZENIR CAMPOS REIS

São Paulo, SP

ESTRELISMO NÃO

Acompanhei atentamente, nestes últimos dias, a polêmica causada pela companheira Luíza Erundina, que decidiu participar do governo Itamar. Participei das discussões ocorridas no Núcleo da Santa Cecília e Campos Elíseos e participei no final de janeiro de uma plenária, votando contra a expulsão de Erundina.

Porém, hoje, mesmo reconhecendo que a companheira tem um passado político brilhante na esquerda e no nosso partido, não posso deixar de dizer também o quanto como prefeita deixou a desejar algumas vezes, em relação às inversões de prioridades. E ultimamente tem transparecido estar marcada pelo individualismo e estrelismo. Portanto, serei o primeiro a votar pela sua expulsão do PT. As decisões do PT devem ser coletivas e o partido tem que estar acima de qualquer quadro político.

FRANCISCO MACHADO

São Paulo, SP.



MULTIS X CEME

O Brasil é o país das carências e das emergências. A rede de saúde pública e os hospitais estão cronicamente mal abastecidos. De outro lado, na farmácia, o remédio é caríssimo.

Quando o presidente Itamar criticou essa permanente escalada de preços da indústria farmacêutica - quase ela toda multinacional -, ele tocou nesta ferida. Quando propõe a devassa contábil nas empresas farmacêuticas, idem. Mas o problema só começou a ser tocado.

Ao controlar as patentes, a tecnologia, o mercado, ao monopolizar a indústria, as multist estão com a corda solta. Seus lobbies trabalham na estratégia de fazer com que os laboratórios oficiais, a Ceme, vivam a pão e água.

As multist trataram de destruir e sabotar a função social e estratégica que a Ceme deveria ter. Pesquisa, produção, distribuição e barateamento do remédio para a população enferma.

Essa questão precisa estar na pauta do governo de forma definitiva, assim como na ordem-do-dia das nossas propostas. O pontapé inicial é o fortalecimento da Ceme e dos laboratórios oficiais, com uma administração transparente e voltada para o social.

GILSON DANTAS

Brasília, DF

INVERTER PRIORIDADES

Muito oportuna a entrevista com o repórter Caco Barcelos na edição nº 31.

A prática dos assassínios mantida pela PM na pe-

SEM NEGOCIATAS

As sessões da Câmara Municipal de São Paulo em que foram votados o IPTU, o orçamento e a eleição da Mesa deixaram muitas dúvidas em militantes e simpatizantes do PT. A imprensa em geral contribuiu para aumentar a confusão, tentando passar uma versão incorreta.

O IPTU aprovado pela Câmara não contou com os votos da bancada petista. A Câmara aprovou a proposta apresentada pelo atual prefeito. O substitutivo apresentado pela bancada do PT, mantendo a arrecadação prevista por Maluf (230 milhões de dólares), porém diminuindo a arrecadação dos imóveis residenciais e aumentando a dos imóveis não residenciais e terrenos, foi derrotado.

O orçamento aprovado foi apresentado pela prefeita Erundina, efetuando um corte nas despesas devido à diminuição da receita proveniente da arrecadação do IPTU.

O corte foi linear entre as diversas secretarias. Aprovamos também 1% como margem para a prefeitura reorganizar o orçamento sem au-

riferia das grandes cidades, tendo como vítimas constantes os cidadãos mais pobres, infelizmente, serve como exemplo do comprometimento da nossa mídia com os interesses dos poderosos.

Depois de ler a matéria resolvi enviar um questionamento. Se a mídia tradicional dá tão pouca importância ao caso, porque não podemos inverter as prioridades?

torização da Câmara. A proposta do atual prefeito era de 10% de margem.

Na eleição da Mesa da Câmara, a bancada do PT tentou, inicialmente, uma chapa de oposição juntamente com o PSDB e PMDB. No entanto, o PMDB não se unificou em torno dessa proposta e diversos vereadores desse partido já apoiavam a candidatura do vereador Antônio Sampaio à presidência.

Mas nossa proposta de observar o critério da proporcionalidade foi vitoriosa. Com base nesse critério, conseguimos assegurar que o PT elegeisse o companheiro Ítalo Cardoso 1º vice-presidente da Câmara. Essa proposta não representa qualquer compromisso de natureza política ou ideológica do PT com outros partidos. A participação do PT na Mesa se dará com a preocupação básica de exercer cerrada vigilância sobre a administração do patrimônio e dos recursos públicos colocados à disposição da Câmara.

DEVANIR RIBEIRO

Líder da bancada do PT na CMSP

O Brasil Agora poderia ser um jornal que assumisse determinadas campanhas. Poderia haver reportagens com o objetivo de deter o recrudescimento da violência contra os marginalizados e encaminhar lutas contra o fim desse privilégio inconcebível dos fóruns especiais de julgamento, em que se constituem as auditorias militares. O movimento poderia ser pelo fim

BRASIL AGORA
 DIRETOR: JOÃO MACHADO. EDITOR: JOSÉ AMÉRICO DIAS. EDITOR DE ARTE: CACO BISPO. REDAÇÃO: ANTONIO MARTINS, FLAVIO AGUIAR, MOUZAR BENEDITO, VALTER POMAR. SECRETARIA: ADÉLIA CHAGAS. SUCCURSAL RIO GRANDE DO SUL: LUCIANE FAGUNDES, JOSÉ LUIZ LIMA E MARCO ANTONIO SCHUSTER. CEDIQUES E REVISÃO: CEISO CRUZ. DIGITAÇÃO: ELIZABETE D. DA SILVA. EDITORAÇÃO ELETRÔNICA: SILVANA PANZOLDO E JOTA MARANHÃO. PRODUÇÃO GRÁFICA: FÁBIANO CIAMBRA. COLABORADORES: ALAN RODRIGUES, ALIPIO FREIRE, ALOISIO MORAIS, ANDRÉ SINGER, ANTONIO CARLOS FON, ANTONIO CARLOS DE QUEIROZ, CLOVIS CASTRO, BERNARDO KUCINSKI, BRENO AITMAN, CARLOS E. CARVALHO, CEISO HORTA, CÉLIS, CINTIA CAMPOS, CLAUDIO SCHUSTER, DENISE NEUMANN, EDMISON DE SOUZA, ELIANA ALVES DE MORAIS, EMIL SADER, EUGÊNIO BUCCI, FERNANDA ESTIMA, FERNANDO PATTA, FLAMARION MATEUS, FLÁVIA DE SAMPAIO LEITE, FLAVIO LOUREIRO, DA COSTA, GENARO URSO, HELIO SILVA, HUGO SCOTTE, IVAN SEIXAS, ISAAC ARCELINDO, JOÃO ANTONIO, JOSÉ ROCHA, JUAN PEZZUTO, JUAREZ GUIMARÃES, JUSTINO PEREIRA, KIPPER, LINETE MARTINS, MANOEL ALVAREZ, MÂRCIA BRAGA, MÂRCIA MOREIRA, MÂRCIO BUENO, MÂRCIO VENCIGUEIRA, MÂRCIO AURÉLIO GARCIA, MARCOS SOARES, MARIA LÚCIA BRANDÃO, MARIO AUGUSTO JAKOBKIND, MARINGONI, MARISA MELIANI, MARIZA DIAS COSTA, MIADAIIRA, MILTON FOGO, NELSON RIOS, NIMARIO MIRANDA, NORMA SUELI O. REIS, NORA NARCII, OHI, PATIO, PATRICIA CORNÉIS, PAULO BARBOSA, PAULO ROBERTO FERREIRA, PAULO ZIEBERMANN, PEDRO ORTIZ, PERSEU ABRAMO, RAIMUNDO PEREIRA, ROGÉRIO SOTTILI, RUI FALCÃO, RUTH BUENO DE ARAUJO, SERGIO CANOVA, SERGIO SISTER, VERA PAOLINI, WALTER ONO, WLADIMIR POMAR. A OPINIÃO DOS ARTICULISTAS NÃO REFLETE NECESSARIAMENTE A LINHA EDITORIAL DO JORNAL.

BRASIL AGORA É UMA PUBLICAÇÃO QUINZENAL DA EDITORA BRASIL AGORA LTDA. - ALAMEDA GIETE, 1049 - CEP 01215-000 - SÃO PAULO (SP). FONES: 222 6318/222 4326/220 7718. FAX: (011) 222 2865. ADMINISTRAÇÃO: Mª ALICE DE P. SANTOS. ASSISTENTE: IVANILDA ALVES. DEPARTAMENTO DE CIRCULAÇÃO (COORDENAÇÃO GERAL): MARIA ODETE G. DE CARVALHO, JOSÉ LUIS NADAI. GERENTE DE DESENVOLVIMENTO: PAULO M. SOIDANO. GERENTE DE MARKETING: EDER DE ARAUJO SANTOS. ASSINATURAS: ANA MARIA ALVES, GUSTAVO GENESTRA (DIGITAÇÃO), PAULO E. SOIDANO, MÔNICA MENDES MARTINS, ANA CLÁUDIA F. GONÇALVES, REINALDO LAFORDEYA, ELIZABETE BERNARDO (RIO DE JANEIRO 021-222 4818), JOSÉ VITAL (FORTALEZA 085-252-1992), MOSES BAILEIRO (PORTO ALEGRE 051-2217733), JOSÉ MARIA R. DE SOUZA FILHO (BEIEM 091-224 8579). EXPEDIÇÃO: JOÃO A. GUEVARA. SERVIÇOS GERAIS: ELISIANDA M. FERREIRA, FERNANDO S. SIQUEIRA, LUCIENE B. SILVA, MARCELO L. C. PONTES. IMPRESSÃO: DCI. DISTRIBUIÇÃO: DINAP S/A.

TRABALHO DESTA EDIÇÃO: 35.000 EXEMPLARES FORAM IMPRESSOS NO DIA 18 DE FEVEREIRO DE 1993. JORNALISTA RESPONSÁVEL: JOSÉ AMÉRICO DIAS

desta Justiça Militar.

ENOCK CAVALCANTI

Cuiabá, MT

PLURAL

Quero felicitar toda equipe de redação do Brasil Agora, pela apresentação e bom conteúdo do jornal.

Exatamente por isso, sou favorável a sua mudança para semanal.

Faz muitos anos que moro e milito na Catalunha e jamais conheci uma publicação de partido tão aberta e plural.

Faço esta afirmação de um lugar que se destaca por ter partidos de esquerda pouco dogmáticos, porém em suas publicações não conseguem ser tão abertos.

TEO SANCHES

Barcelona, Catalunha

SEMINÁRIO DE SAÚDE EM CUBA

O Ministério da Saúde Pública de Cuba, a Organização Panamericana de Saúde e a Organização Mundial de Saúde promovem, de 16 a 20 de março, em Havana, o IV Seminário Internacional de Atenção Primária da Saúde - "O médico da família e a tecnologia apropriada". Mais informações e reservas: LAC VIAGENS E TURISMO Ltda Rua Sete de Abril, 97 - 8º andar, sala B - São Paulo. Tel.: 34-6817, 36-2021 e 35-8389. Fax.: (011) 37-2982.

Lições indispensáveis

Já podemos olhar para trás e analisar os acontecimentos da ida de Luíza Erundina para o governo Itamar, deixando de lado o impacto daquele acontecimento, nossa perplexidade e indignação.

Quando Lula consultou Luíza Erundina ela afirmou que não havia o convite de Itamar Franco e que, se ele viesse a ocorrer, ela não o aceitaria sem uma decisão partidária. Em seguida toda a imprensa noticiava em grandes manchetes que Lula vetava a ida de Luíza Erundina para o Ministério Itamar. Isso resultou numa precipitação dos acontecimentos, trazendo a figura de Lula para o centro do debate, e em confronto com Luíza Erundina. A ausência de um pronunciamento oficial imediato por parte do PT permitiu

que a imprensa assumisse um papel influente no rumo dos fatos, interpretando à sua moda a declaração de Lula - ou o "veto", como diziam. Lula, na verdade, apenas afirmara que, pela decisão do DN, Erundina não poderia aceitar o convite.

O problema é que nos reunimos formalmente com Erundina somente quando o porta-voz da presidência já confirmava a sua aceitação do convite de Itamar.

Contudo, esses fatos não atenuam a posição da ex-prefeita, que não procurou a direção e, quando o fez, foi para nos comunicar que havia aceito o convite. Mas acho que é muito importante tirar lições deste episódio, para que o partido se prepare adequadamente para enfrentar outras situações como essa.

FIDELIDADE. Aqui começa o outro lado do caso Erundina, uma liderança nacional do PT que decide participar de um governo do qual somos oposição. E que contraria a posição dos organismos dirigentes do PT, afirmando querer servir ao país, provocar o debate no partido e assumir as responsabilidades no governo em decorrência do impeachment de Collor. Sua decisão pessoal de apoiar e participar do governo justifica-se porque a soci-

idade quer apoiar Itamar Franco e, a partir das pesquisas de opinião, *legitima-se* porque a maioria apóia sua decisão.

Desta forma, os atores e os acontecimentos já não mais envolvem apenas o governo, a ex-prefeita e o PT. Não só a opinião pública petista se posiciona, como também amplos setores sociais, particularmente nossos adversários, que tomam o partido da ex-prefeita e iniciam uma ampla operação de ataques visando a figura do Lula e o próprio PT. Com raras exceções, há na imprensa um amplo movimento de condenação do PT e de Lula.

A lição que devemos tirar é simples, mas fundamental. Hoje, qualquer decisão ou acontecimento político que envolva o PT acaba por repercutir na sociedade e no país, porque somos alternativa de governo e uma força político-social determinante no Brasil.

A verdade é que a fidelidade partidária, os próprios partidos, os programas de governo são institutos e figuras políticas ainda não conformadas na consciência política da maioria de nossa sociedade.

Não podemos desconhecer esta realidade. Devemos travar a batalha da comunicação e mostrar à sociedade que, aceitando a decisão da ex-prefeita, o PT estaria decretando o seu fim e alimentando a tradição anti-partido e personalista da política brasileira.

É preciso divulgar e propagar que no PT existe democracia, debate e divergência, decisões coletivas e direitos da minoria. E que é falsa a informação, propalada inclusive por petistas, de que a ex-prefeita não teve direito de defesa ou não pode recorrer da decisão de seu Diretório Nacional.

Antes de tudo, é preciso defender o direito sagrado do PT decidir sua política e não passar recibo, ingenuamente ou de má-fé, à campanha aberta e direta que está sendo feita contra a figura política de Lula, visando a disputa presidencial em 1994.

* JOSÉ DIRCEU é deputado federal e secretário geral do PT

CARROS VELHOS E CAROS

É possível ou não construir carros populares e baratos no Brasil? É claro que é. O problema é que a indústria automobilística brasileira não realiza investimentos em tecnologia e muito menos está disposta a abrir mão de seus lucros exorbitantes. Resultado: os carros que vão receber isenção do IPI - Fusca, Uno Mille e Chevette Júnior - continuarão custando caro, além de incorporar tecnologia ultrapassada. De qualquer forma, ainda que os carros continuem distantes do poder aquisitivo da maioria da população, haverá crescimento da produção este ano, e os trabalhadores, em negociação na Câmara Setorial da Indústria Automobilística, obtiveram ganhos salariais e manutenção do nível de emprego. (páginas 8 a 10).

Destacam-se ainda nesta edição a entrevista exclusiva da Ministra Luíza Erundina (página 5) a cobertura sindical (páginas 11 e 12), a matéria de Mary Lou Rebello sobre o início da recessão japonesa (páginas 14 e 15) e a do escritor João Antonio sobre o carnaval no Rio de Janeiro. Registre-se a estréia das colunas de notícias Toque Sindical e Sem Porteira (internacional).

O EDITOR

ENQUANTO ISSO,
NA SOMÁLIA...



MARINGONI BASEADO EM FOTO DA REUTERS

OPINIÃO
EDUARDO SUPLICY *

Erundina e o PT

O convite à companheira Luíza Erundina de Sousa para se tornar ministra-chefe da Secretaria da Administração Federal, pelo presidente Itamar Franco, e o fato de tê-lo aceito sem prévia consulta à Direção Nacional do PT, tendo em vista a postura do partido de oposição ao governo, desencadeou um dos mais profundos debates e dilemas de sua história de 13 anos.

Por seu extraordinário papel na construção do PT desde a sua fundação, em 1980 - como assistente social na Prefeitura Municipal de São Paulo; líder de movimento dos funcionários municipais, vereadora e líder na Câmara Municipal; deputada e novamente líder do PT na Assembleia Legislativa;

prefeita de São Paulo após difícil e consagrada vitória - Luíza Erundina merece o respeito de todos os petistas. O partido que ela ajudou a construir tem organismos e normas, os quais também merecem respeito. O desafio está em conseguir harmonizar o respeito a ambos, à história de Luíza Erundina e do PT. Acredito que a decisão do Encontro Nacional de junho próximo será marcada pela dinâmica de dois principais aspectos no período fevereiro-junho de 1993.

Primeiro, a maneira como Luíza Erundina caracterizará a administração de sua pasta e a sua influência junto ao governo Itamar Franco. Expressou ela na sua posse que estaria realizando o que considerava o melhor para o Brasil, de acordo com os princípios e o programa do PT. Creio que Luíza Erundina já demonstrou capacidade de ser catalisadora de transformações em meio ao ambiente em que atua, lembrando a personagem Iasmim do filme *Bagdá Café*, a qual conseguia mobilizar extraordinárias energias positivas junto às pes-

soas a sua volta. Junto ao restante do governo, poderá Luíza Erundina ter influência significativa, especialmente em colaboração com o ministro do Trabalho Walter Barelly, em temas como a reforma agrária e a condução da política econômica numa direção consistente com a retomada do crescimento, a contenção da inflação, a melhoria da distribuição da renda e a erradicação da miséria.

Segundo, a natureza da relação entre o Partido dos Trabalhadores e o

presidente Itamar Franco, em especial, a partir do encontro entre o presidente Luís Inácio Lula da Silva e o presidente da República, quando foi apresentado o Programa de Segurança Alimentar contra a fo-

me e a miséria. Outras proposições de política econômica, incluindo o Programa de Garantia de Renda Mínima, estão sendo consideradas com seriedade pelo governo.

Até junho teremos maior clareza nos rumos do governo Itamar Franco, de quanto estará agindo de maneira a se distanciar ou se aproximar dos objetivos e do programa do PT. À luz desta dinâmica é que estarão decidindo os delegados do Encontro do PT, os quais serão eleitos em março. Considero da maior importância que Luíza Erundina permaneça e lute dentro do PT para que possa demonstrar, por sua ação, os motivos que a levaram a afirmar estar agindo de acordo com os interesses do seu partido. Se efetivamente estiver certa, os delegados, como seres pensantes, poderão rever a punição de suspensão por um ano a ela imposta na reunião do Diretório Nacional de 6 de fevereiro último.

* EDUARDO MATARAZZO SUPLICY é senador pelo PT/SP.

A decisão de suspender os direitos e deveres partidários, por um ano, da ex-prefeita Luíza Erundina foi tomada pelo Diretório Nacional do PT, em dois turnos de votação, após 8 horas de reunião.

Veja no placar abaixo o voto de cada um dos dirigentes petistas. No box abaixo, leia a posição do PT frente ao governo Itamar.

| | Primeira votação | Segunda votação |
|-------------------------|------------------|-----------------|
| Adilson Pires | Suspensão 2 anos | Suspensão 1 ano |
| Aloizio Mercadante | Suspensão 1 ano | Suspensão 1 ano |
| Amauri Barros | Advertência | Suspensão 1 ano |
| Anísio S. Maia | Desligamento | Desligamento |
| Anº Alberto Neto | Desligamento | Desligamento |
| Anº Carlos Moura | Advertência | Suspensão 1 ano |
| Anº Carlos Pereira | Suspensão 1 ano | Suspensão 1 ano |
| Anº Jorge Almeida | Desligamento | Desligamento |
| Arlete A. Sampaio | Desligamento | Desligamento |
| Artur Scavone | Desligamento | Desligamento |
| Augusto de Franco | Suspensão 1 ano | Suspensão 1 ano |
| Benedita da Silva | Suspensão 1 ano | Suspensão 1 ano |
| Cezar Alvarez | Suspensão 1 ano | Suspensão 1 ano |
| Claus Germer | Desligamento | Desligamento |
| Djalma Bom | Desligamento | Desligamento |
| Edival Passos | Suspensão 1 ano | Suspensão 1 ano |
| Edmilson Menezes | Desligamento | Desligamento |
| Eduardo Jorge | Advertência | Abstenção |
| Eduardo Suplicy | Advertência | Abstenção |
| Eurides Mescoloto | Suspensão 1 ano | Suspensão 1 ano |
| Everardo Lopes | Advertência | Suspensão 1 ano |
| Fernando Ferro | Suspensão 1 ano | Suspensão 1 ano |
| Francisco Rocha | Suspensão 1 ano | Suspensão 1 ano |
| Geraldo Garcia | Desligamento | Desligamento |
| Geraldo Magela | Desligamento | Desligamento |
| Gilberto de Carvalho | Ausente | Ausente |
| Hamilton Pereira | Desligamento | Desligamento |
| Inocência Gasparim | Suspensão 2 anos | Suspensão 1 ano |
| Ivan Valente | Suspensão 2 anos | Desligamento |
| Jair Meneguelli | Suspensão 1 ano | Suspensão 1 ano |
| João Machado | Desligamento | Desligamento |
| Joaquim Soriano | Desligamento | Desligamento |
| Jomar Pereira Fº | Ausente | Ausente |
| Jonas Paulo | Suspensão 1 ano | Suspensão 1 ano |
| Jorge Bittar | Suspensão 1 ano | Suspensão 1 ano |
| José Américo | Suspensão 2 anos | Suspensão 1 ano |
| José Dirceu | Suspensão 1 ano | Suspensão 1 ano |
| José Genoíno | Suspensão 1 ano | Suspensão 1 ano |
| José Ilário | Advertência | Abstenção |
| José Luiz Fevereiro | Suspensão 2 anos | Abstenção |
| José Sérgio Gabrielli | Suspensão 1 ano | Suspensão 1 ano |
| Juarez de Paula | Advertência | Abstenção |
| Julio Rafael | Suspensão 1 ano | Suspensão 1 ano |
| Luiz Eduardo Greenhalgh | Desligamento | Desligamento |
| Luiz Gushiken | Suspensão 1 ano | Suspensão 1 ano |
| Lula | Suspensão 1 ano | Suspensão 1 ano |
| Luiz Dulci | Suspensão 1 ano | Suspensão 1 ano |
| Marcelino Fonteles | Suspensão 1 ano | Suspensão 1 ano |
| Marco Aurélio Garcia | Suspensão 1 ano | Suspensão 1 ano |
| Marcos Cordioli | Desligamento | Desligamento |
| Marcos Rolim | Advertência | Suspensão 1 ano |
| Maria Auxiliadora | Ausente | Ausente |
| Markus Sokol | Desligamento | Desligamento |
| Neilton Araújo | Desligamento | Desligamento |
| Neuza Santos | Suspensão 1 ano | Suspensão 1 ano |
| Nilmário Miranda | Suspensão 1 ano | Suspensão 1 ano |
| Olívio Dutra | Suspensão 1 ano | Suspensão 1 ano |
| Otaviano de Carvalho | Desligamento | Desligamento |
| Ozeas Duarte | Suspensão 1 ano | Suspensão 1 ano |
| Paulo Rocha | Suspensão 1 ano | Suspensão 1 ano |
| Pedro Verdino | Suspensão 1 ano | Suspensão 1 ano |
| Perly Cipriano | Advertência | Abstenção |
| Perseu Abramo | Ausente | Ausente |
| Raul Pont | Ausente | Ausente |
| Ricardo Moraes | Suspensão 1 ano | Suspensão 1 ano |
| Roberto Colaço | Suspensão 1 ano | Suspensão 1 ano |
| Ronald Rocha | Desligamento | Desligamento |
| Rui Falcão | Desligamento | Desligamento |
| Selvino Heck | Suspensão 2 anos | Suspensão 1 ano |
| Tarso Genro | Suspensão 1 ano | Suspensão 1 ano |
| Tomaz Mato Machado | Desligamento | Desligamento |
| Valdi Camarcio | Suspensão 1 ano | Suspensão 1 ano |
| Valdisio Fernandes | Desligamento | Desligamento |
| Vilson Santin | Desligamento | Desligamento |
| Vitor Salazar | Suspensão 1 ano | Suspensão 1 ano |
| Wladimir Palmeira | Desligamento | Desligamento |

Fome na ordem do dia

Lula aposta muitas fichas neste debate

O encontro de Lula com Itamar Franco na primeira quinzena de fevereiro, para apresentar a "Política Nacional de Segurança Alimentar", formulada no Governo Paralelo sob a coordenação de José Gomes da Silva, é provavelmente mais um desses gestos ousados que só o tempo conseguirá julgar.

A grande imprensa fez gritaria, com cenas explícitas de jornalismo opinativo, ali nas páginas onde o dever era tão-somente informar. Uma fofoca da **Folha de S. Paulo** carimbou o projeto de "genérico", sem sequer mostrar ao leitor que ela mesma, como profissional, tinha chegado a ler o documento. Dos Estados Unidos, o correspondente da **Veja** reclamou do "brinde à fome" trocado entre Itamar e Lula. Todos falaram em demagogia. E a grande conclusão é que o PT já pode ir se preparando porque, de hoje até novembro de 1994, a pancadaria da outrora chamada imprensa burguesa vai ser mesmo pesada. Apareceram até lideranças petistas reclamando de uma hipotética incoerência entre aquele encontro e a posição de Lula, favorável à suspensão de Erundina, três dias antes, no Diretório Nacional.

O que queria Lula naquele encontro?

Muito mais do que cumprir um ritual "propositivo" e demonstrar que é possível ajudar o Brasil mesmo estando na oposição (ao contrário da argumentação de Erundina), Lula desencadeou, ali, uma campanha em que pretende se empenhar centralmente nos próximos meses. Suas intenções têm alcance estratégico e podem ser resumidas em três aspectos:

1º) Transformar a questão da fome em questão política. Há décadas e décadas fala-se da fome no Brasil como fenômeno social, sem que os presidentes, governadores, prefeitos, senadores, deputados e vereadores se sintam obrigados a tomar uma posição política diante dela.

2º) A parcela organizada da sociedade brasileira já está, de certo modo, sob hegemonia ou influência do PT e da centro-esquerda. Mas a enorme parcela não-organizada, que vive na extrema pobreza, ainda vaga ao sabor das aventuras demagógicas de Collor ou Maluf, votando em figuras co-mo Antô-



Fome: problema político

nio Carlos Magalhães e César Maia.

Lula pretende que a parcela organizada se volte para a não-organizada, fazendo incorporar à cidadania os 40 ou 50 milhões de miseráveis postos à margem da civilização. E sustenta que esse ingresso na condição de cidadão não pode relegar a segundo plano a problemática básica do leite, do pão, do feijão e da farinha que faltam, e faltam rotineiramente, no cotidiano dessas pessoas.

3º) Obrigando a sociedade política a mergulhar no debate acerca da fome, estaremos garantindo um debate nacional, tanto na campanha do plebiscito quanto nas eleições de 1994, que de fato tem a ver com a realidade do Brasil.

Em 1989, o pano de fundo da disputa presidencial era o debate sobre o muro de Berlim ou sobre a modernidade do primeiro mundo. A direita só podia lucrar com isso. Se o Brasil passar a debater, desde já, as causas da fome e as propostas para erradicá-la, as eleições de 1994 certamente trarão resultados mais honestos, mesmo que ainda não seja a eleição de um presidente nascido das lutas sindicais no ABC.

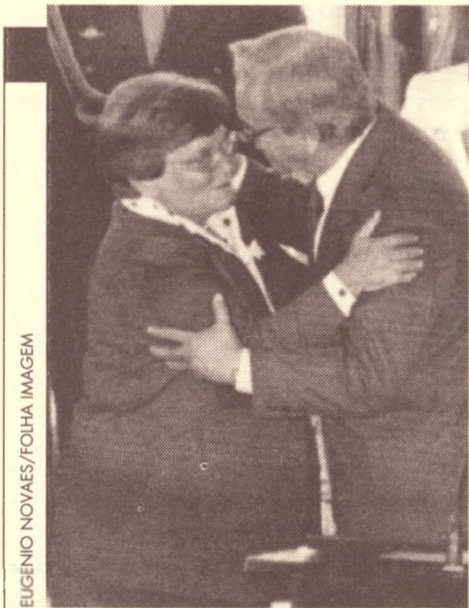
O documento foi entregue a Itamar numa edição onde estão reunidos dois outros documentos básicos do Governo Paralelo: "Plano Nacional de reforma agrária" e "Política Agrícola". Foi enfatizado que o combate à fome exige a implantação de uma ampla Reforma Agrária que assente os 12 milhões de sem-terra, assim como a introdução de uma política agrícola voltada à geração de alimentos, apoiada na defesa da pequena produção. O que obviamente implica, de saída, o veto a alguns artigos da lei recentemente aprovada no Congresso Nacional, à espera de sanção presidencial.

Lula entrou na parada decidido. O PT talvez ainda não esteja sentindo o mesmo impulso. A caravana Garanhuns-Santos, prevista para fins de abril ou início de maio, certamente fará ressurgir o debate e a artilharia da grande imprensa. Lula vem dizendo que a pancadaria pode até desgastar nossa imagem como partido, e a dele próprio, como liderança. Mas que o Brasil passará a discutir a questão da fome como nunca aconteceu antes, isso ele garante.

PAULO VANNUCHI

Assessor do Governo Paralelo do PT

O PT E O GOVERNO ITAMAR



EUGÊNIO NOVAES/FOIHA IMAGEM

Itamar, com ela lá

Criticada por vários órgãos de imprensa, a resolução do PT sobre o governo Itamar é incrivelmente pouco conhecida.

Abaixo publicamos a íntegra do texto.

1. O governo Itamar nasce do impeachment de Collor, conquistado no Congresso e nas ruas. Mas carrega consigo a pesada herança de um programa liberal.

2. Apesar da retórica por vezes progressista e da presença de ministros de esquerda, o governo Itamar tem hegemonia conservadora. A proposta e a política econômica de Paulo Haddad é marcada por ambigüidades e insuficiências. Não rompe com o monetarismo recessivo, mantém o acordo inaceitável firmado com os credores externos no apagar das luzes do governo Collor, além de vínculos expressos com a herança neoliberal.

3. Indiferente à crise que se aprofunda, a posição do governo Itamar é de imobilismo, incompatível com uma inflação de 27% ao mês, uma taxa de juros de 30% ao ano e um endividamento interno que compromete mais de 65% do orçamento de 1993.

4. O presidente assume uma postura imperial, tentando dividir os partidos e afirmar sua atitude acima deles.

5. O PT reafirma sua postura de oposição. Na oposição, serve ao Brasil e intervém nas lutas políticas. Não participa de nenhum "condomínio da governabilidade". E não aceita que fazer oposição seja antipatriótico. A oposição é essencial à vida democrática.

6. Não nos recusaremos - como não nos recusamos antes - a acordos pontuais com o governo. Nem nos negaremos a disputar com propostas o apoio da sociedade e dos partidos aliados. Não deixaremos de apoiar projetos que, a nosso ver, beneficiem o país.

7. Na oposição, saberemos dizer não. Mas também proporemos alternativas a cada questão em debate na sociedade.

8. Nossa oposição deve se apoiar nas lutas do movimento popular e sindical. Este Diretório Nacional já aprovou anteriormente

plataformas de lutas e alternativas concretas para a crise. Devemos avançar nessa direção, articulando os trabalhadores para que conquistem suas reivindicações. Nesse sentido, ganha destaque uma campanha nacional contra a fome, que terá um de seus marcos na Caravana da Solidariedade e da Esperança, alicerçada no Programa de Segurança Alimentar elaborado pelo Governo Paralelo.

9. Nossa oposição golpeia as oligarquias dominantes. É uma oposição comprometida com as grandes reformas sociais. Ataca a especulação financeira e os oligopólios. Contrapõe-se ao governo, mas investe também contra a política e as bases da oposição de direita.

10. Nossa oposição é ativa. Ativa, porque presente, viva, incansável. Ativa porque propositiva. Ativa porque atuante. Ativa como o nosso partido.



Decisão antidemocrática, diz Luiza

E promete lutar para ficar no PT em entrevista a Valter Pomar

Quando e através de quem a ministra recebeu o convite do presidente Itamar?

Recebi o convite no dia 22 de janeiro diretamente do presidente Itamar Franco, por telefone.

Procede a informação de que este convite estaria sendo articulado ainda durante o segundo turno das eleições municipais?

A informação não é verdadeira.

Como amadureceu a decisão de aceitar o convite? Foi uma decisão estritamente pessoal ou participaram dela outras pessoas?

Foi uma decisão estritamente pessoal e coerente com a posição que eu vinha defendendo publicamente de que o partido deveria apoiar e participar do Governo Itamar.

Pesou na decisão a vontade de disputar o governo do estado de São Paulo? Procedem as avaliações de que a ministra teria poucas chances de ser escolhida pelo partido para a disputa?

Absolutamente. Não havia avaliação nenhuma nem qualquer projeto pessoal para o futuro.

A ministra criticou o fato do Diretório Nacional ter decidido suspender seus direitos partidários. A ministra esperava que o Diretório Nacional do PT tomasse qual decisão?

Critiquei a forma sumária e antidemocrática como o Diretório Nacional julgou o meu caso, desrespeitando, inclusive, o Regimento Interno do partido.

Vários dirigentes do PT lembraram que, no episódio do Colégio Eleitoral, a ministra foi a favor da expulsão dos deputados que votaram em Tancredo Neves. Qual a diferença entre aquele episódio e a ida da ministra para o governo Itamar?

A decisão foi pela não ida ao Colégio Eleitoral. Não me ocorre que tenha havido decisão do partido sobre a expulsão dos companheiros, até por-

que eles tomaram a iniciativa de se desligarem. É até provável que eu fosse favorável à expulsão, pois era bastante sectária e não tinha a clareza política que tenho hoje.

A ministra cogita desligar-se do PT?

Não. Vou lutar até o fim para permanecer no partido que ajudei a fundar e a construir.

Qual o programa de ação da ministra na Secretaria da Administração Federal (SAF)?

O ano de 1993 será um ano especial para o Estado, na medida em que estarão em curso a revisão constitucional e o plebiscito sobre a forma e o sistema de governo. Estes dois eventos incidirão diretamente na estrutura da administração pública federal e caberá à SAF preparar as condições estruturais, de organização e funcionamento do Estado brasileiro. Para tanto, a SAF desenvolverá três tipos de atividades:

1º) reestruturação da SAF

para que, atuando em comum acordo com os ministérios, ofereça as condições operacionais para um trabalho ágil, moderno e eficiente do Estado brasileiro em suas relações internas (Executivo, Legislativo e Judiciário) e com a sociedade civil; a informatização dos dados e racionalização dos serviços, a fiscalização da qualidade dos serviços públicos pela sociedade serão as metas principais dessa atividade;

2º) definição do plano de cargos e carreiras do funcionalismo público federal, com vistas à valorização dos serviços e a garantir qualidade, democratização e modernização dos serviços públicos;

3º) renovação e melhoria da imagem do Estado e do funcionalismo público nas relações com a população, simplificando procedimentos, garantindo acesso às informações, criando formas de participação da população para a melhoria do entendimento e controle da qua-

lidade dos serviços prestados. (...)

Como a Sra. pretende tratar: a) a estabilidade dos funcionários públicos? b) a reposição das perdas salariais? c) eventuais greves do funcionalismo?

Essas questões serão discutidas e encaminhadas no foro de debates e na mesa de negociação com os representantes dos servidores públicos federais. Além disso, vamos criar mecanismos de discussão com a sociedade sobre esse e outros temas do seu interesse.

Que aspectos da experiência da ministra quando prefeita de São Paulo vão ser utilizados na gestão da Secretaria da Administração Federal?

Minha experiência e a dos companheiros na prefeitura de São Paulo será de grande utilidade na gestão desta Secretaria, sobretudo nos aspectos referentes à gestão democrática e no processo de reforma administrativa.

O analista político Villas-Boas Corrêa criticou a escolha de Luiza Erundina para ministra a partir de uma avaliação negativa de sua gestão à frente da prefeitura paulistana, no tocante a relação com o funcionalismo e a reforma administrativa. Como a ministra avalia esta crítica?

As pesquisas de opinião divulgadas no final do meu governo expressam uma outra avaliação. Segundo a pesquisa do Instituto Gallup, publicada pelo jornal O Estado de S. Paulo, na edição de 1º de janeiro, há uma aprovação de 68% e, apenas, 22% de rejeição.

A ministra não se sente desconfortável fazendo parte de um governo integrado pelo senador Alexandre Costa e pelo banqueiro José Eduardo Andrade Vieira?

Estou realizando o meu trabalho preocupada com os interesses do país, sem ter que fazer qualquer concessão em termos de princípios e dos meus compromissos com os trabalhadores.

Como a ministra avalia a decisão do Diretório Nacional do PT, de fazer "oposição ativa" ao Governo Itamar?

Não concordo com essa decisão e a considero bastante ambígua.

Como a ministra avalia o comportamento do presidente nacional do PT, Lula, que votou pela sua suspensão?

Considero equivocado o comportamento do companheiro Lula.

Desde a decisão do Diretório Nacional do PT, a ministra realizou várias reuniões com deputados federais e lideranças do PT, vários dos quais votaram favoravelmente a sua suspensão. Qual a expectativa que a ministra deposita nestes contatos?

Acredito que a situação será revertida tanto na punição contra mim como na posição em relação ao governo Itamar.

OPINIÃO

Os interesses da nação

Para servir ao governo Itamar, será preciso atacar o PT?

Deu na imprensa: Olívio Dutra voltou a trabalhar num banco, Djalma Bom voltou ao controle de qualidade da Mercedes Benz e Telma de Souza voltou a lecionar matemática e filosofia na rede pública estadual. Devem estar muito ocupados.

Muito ocupada também está a ministra Luiza Erundina, dedicada nos últimos dias à nobre tarefa de vender mansões e caçar marajás. Atarefadíssima com suas novas atribuições, a ex-prefeita reserva generoso tempo para transmitir aos quatro ventos toda sua indignação com o PT, que decidiu suspender por um ano seus direitos e deveres de filiada.

Em discurso ao Diretório Nacional petista, Luiza vaticinou: "Os interesses do partido não estão acima dos interesses da nação". Diante destes nobres propósitos, talvez a ministra esperasse ver seu partido engolir o sapo. Não foi esse o caso e, concorde-se ou não com a suspensão, é indispensável reconhecer: o normal no Brasil é ver políticos e partidos brigando para

dividir cargos, e não para recusá-los.

Ao punir Erundina, o PT presta um serviço à democracia e à consolidação de partidos fortes: preferiu manter sua coerência - mesmo que ambígua, diriam os mais críticos -, ainda que às custas de uma atitude momentaneamente antipática aos olhos de boa parte da "opinião pública".

Coerência, digase de passagem, é uma qualidade sempre meio antipática. Mas o PT mais ganhou do que perdeu com isso. Assim foi nas Diretas Já e no Plano Cruzado, por exemplo. Aliás, Luiza Erundina foi favorável à punição dos deputados que foram ao Colégio Eleitoral.

NEO-ERUNDINISTAS. A opinião pública, essa esfin-



ge, foi contra a punição de Erundina. Segundo a própria, aliás, as bases do PT também discordam da suspensão. Pode ser. Mas o fato é que a opinião pública anda meio confusa - inclusive a que se declara petista: segundo recente pesquisa DataFolha, mais da metade dela seria favorável à pena de morte.

Confusa a opinião pública, hipócritas alguns de seus formadores. Os grandes jornais do país, que ontem espinafravam a prefeita, hoje apóiam a ministra Luiza Erundina. Figuras inclassificáveis como a Hebe Camargo e Ruth Escobar declinaram solidariedade à antiga besta-fera petista.

Nesse festival de hipocrisia, a coerência é evidente: trata-se de bater no PT. E momentaneamente o affair Erundina se presta a isso. Aliás, a ministra tem difundido a idéia de que ela foi "linchada", submetida a um "rito sumário", num "atentado contra a democracia", perpetrado por "sectários", "vampiros" e "esquerdistas".

Não deixa de ser curiosa esta história. O PT deliberou estar na

oposição ao governo Itamar e, óbvio, contrário a participar dele. Uma militante de expressão - a "ex-prefeita da maior cidade da América do Sul", como ela própria não deixa de lembrar - discorda dessa decisão e, ao invés de tentar modificá-la pelos canais democráticos do partido, opta por um cargo no governo. Reconhece que desrespeitou a decisão do partido. Mas não aceita ser punida! Atitude que não deixa de ser previsível para quem, segundo consta, declarou à imprensa, fazendo blague com o rei-Sol: "O partido sou eu".

Quem parece ter faltado com a democracia neste episódio foi a ministra, não seu partido. Aliás, há quem diga que a suspensão por um ano foi pena "leve".

A alternativa, derrotada por 40 votos a 25, era seu desligamento do partido. E a ministra tem garantido o recurso ao próximo Encontro Nacional do PT, quando ela poderá conferir o apoio que diz ter nas bases petistas.

VALTER POMAR

Silêncio obsequioso

Os monarquistas do PT dão sua "última palavra"

A última edição do *Brasil Agora*, confirmando a existência dos petistas monarquistas, provocou bastante surpresa entre os dirigentes nacionais do PT que, na mesma reunião que suspendeu Luíza Erundina e confirmou a oposição ao governo Itamar, decidiram deixar claro que o PT é um partido republicano.

Juarez de Paula e Joaquim Cartaxo, respectivamente vice-presidente e secretário-geral do PT cearense, consideram que com tal decisão o PT "mostrou-se menos pluralista e democrático do que professa".

Acusando a direção de tolher o debate, e afirmando que as resoluções partidárias não estabeleciam a adesão à República, Cartaxo e Juarez decidiram "sair do debate", por não se tratar de uma questão de princípio. É o que os leitores poderão verificar no documento "Última palavra", cujos principais trechos *Brasil Agora* publica a seguir.

"O Diretório Nacional do PT (...) afirmou o caráter republicano do partido. Numa votação sumária, sob a alegativa de se tratar de uma discussão "bizantina", o parlamentarismo monárquico foi excluído como alternativa de sistema e forma de governo (...).

Apesar de nos subordinarmos a esta decisão, não temos como deixar de manifestar nossa profunda decepção quanto à forma preconceituosa, intolerante e desinformada que caracterizou sua adoção (...).

INDIGÊNCIA. Muitos nos acusaram de "monarquistas", como se desejássemos a restauração das monarquias absolutistas (...). Alguns chegaram até a manifestar o temor do retorno da escravidão.

Muitos argumentaram que seria inaceitável renunciarmos às conquistas republicanas, restaurando princípios como o da "soberania divina", o da "vitaliciedade e hereditariedade do poder", e outros privilégios do tipo. Pura indignação intelectual.

As monarquias absolutistas não mais existem. Também não mais existem as aristocracias nobiliárquicas. Os países que adotam o parlamentarismo monárquico - com exceção da Inglaterra - não conservaram nenhuma "nobreza" como segmento social privilegiado.



Tampouco existem escravos, servos ou plebeus (no sentido histórico do conceito).

O parlamentarismo monárquico é herdeiro das conquistas ditas "republicanas". O poder é limitado pela Constituição. Todos são reconhecidos na condição de "cidadãos" e estão subordinados à mesma ordem constitucional, inclusive o monarca (...). É o povo, através de seus representantes (...), que indica o primeiro-ministro e seu gabinete (...). É este mesmo Parlamento que escolhe o monarca. Portanto, a soberania é popular (um valor republicano).

SIMBOLISMO. O monarca não tem poder político-administrativo, apenas cumpre atribuições constitucionais de defesa das instituições democráticas e de representação diplomática do Estado. O poder não está no monarca, mas no Parlamento.

Logo, não faz sentido falar em "poder vitalício do rei". A função do monarca é vitalícia e hereditária, mas não representa poder (a não ser no sentido simbólico) (...). Em todos os países que adotam o parlamentarismo monárquico, o monarca pode ser substituído ou sua linha sucessória pode ser alterada sempre que o Parlamento julgar que o titular não reúne as condições para o exercício da função.

Portanto, o parlamentarismo monárquico não significa nenhum arcaísmo, não é um movimento anacrônico que se coloque em contradição com a contemporaneidade do mundo (...).

O parlamentarismo monárquico é moderno e democrático justamente porque oferece possibilidades de estabilidade política ausentes nas de-

mais formas e sistemas de governo.

MONO-ARQUIA. O presidencialismo - uma invenção republicana - não passa de uma monarquia absolutista de duração limitada. Os Estados Unidos (...) são um exemplo mais que evidente de seu caráter "imperial".

É o tipo ideal de organização do poder para lideranças "carismáticas" e "messiânicas". Permite ao titular do poder assimilar uma "missão" salvacionista e redentora que se vincula a sua trajetória política. Nada mais despolitizante. Nada mais contrário à cidadania ativa. Nada mais antagônico à participação coletiva consciente e organizada.

O presidencialismo republicano é o verdadeiro representante da tradição monárquico-absolutista. Poder de um (mono-arquia), que se faz absoluto. Pelo menos no Brasil, esta tem sido sua história (...).

O parlamentarismo é uma possibilidade de ruptura com esta tradição (...). Separa a chefia-de-Estado da chefia-de-governo, sem restaurar a figura simbolicamente tradicional do monarca. Retira o poder do presidente e o deposita no Parlamento.

Todavia, pressionados pela cultura presidencialista (...), acovardados frente ao fato de que o titular do poder executivo (o primeiro-ministro) é escolhido indiretamente, os parlamentaristas republicanos brasileiros decidiram defender um modelo que preserva a eleição direta do presidente.

DUPLO PODER. Aqui reside todo o problema. Um presidente eleito por um partido ou uma

coalizão, prestigiado com milhões de votos, fortalecido em sua representatividade e legitimidade, saberá manter-se à margem das decisões político-administrativas? Respeitará um primeiro-ministro eleito indiretamente, com algumas centenas de votos? Saberá estar acima dos interesses imediatos de seu partido?

(...) Se prevalecesse um modelo (parlamentarista) com eleições indiretas para presidente, onde esta decisão coubesse também ao Parlamento, fortalecendo-o, não teríamos tantas dúvidas quanto à viabilidade desta forma e sistema de governo. Infelizmente, não é esta a proposta posta em discussão pelos parlamentaristas republicanos.

Assim, faz sentido cogitar a possibilidade de um parlamentarismo monárquico. Para quem é parlamentarista por convicção, para quem deseja estabilidade democrática no país, esta é uma possibilidade que deve ser considerada seriamente.

DEBOCHE. O PT não permitiu que esta reflexão pudesse desenvolver. Preferiu o caminho mais fácil do sectarismo e da intolerância. Mostrou-se menos pluralista e democrático do que professa. Os presidencialistas do PT, cientes da fragilidade interna da proposta parlamentarista republicana, tomaram a iniciativa de silenciar os parlamentaristas monárquicos.

Não tivemos aliados. Vítimas de um tipo de luta interna desqualificada, sustentada no deboche, fomos condenados ao "silêncio obsequioso" imposto pelo dogmatismo. Silenciaremos. PT Saudações."

PLACAR

DEPUTADOS E PREFEITOS

A bancada de deputados estaduais catarinenses é uníssonos: Wilson Santim, Idelvino Furlanetto e Milton Mendes de Oliveira são presidencialistas. Já os gaúchos estão divididos: Ivar Pavan, Antonio Marangon e Flávio Koutzii são presidencialistas, enquanto Marcos Rolim e Luís Carlos Casagrande são parlamentaristas.

O prefeito de Londrina, Luiz Eduardo Cheida, é parlamentarista, mas acha que a antecipação do plebiscito atropela uma discussão que deveria ser mais ampla em toda a sociedade.

Tarso Genro, prefeito de Porto Alegre, vê "como aspectos positivos da luta parlamentarista a possibilidade de viabilização de reformas políticas importantes para o país, como a representação proporcional dos estados no Congresso Nacional, a instituição da fidelidade partidária e a retirada das funções concorrentes do Senado Federal em relação à Câmara dos Deputados". Além disso, acha que o parlamentarismo permite uma pressão maior sobre o Congresso.

Ivo Vannuchi, prefeito de São Joaquim da Barra, é parlamentarista, mas pode votar no presidencialismo, se não vierem a priori as reformas políticas.

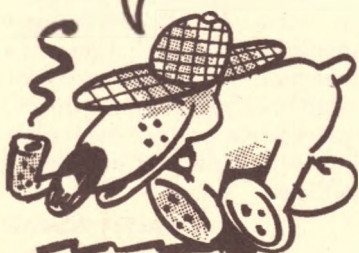
Patrus Ananias, prefeito de Belo Horizonte, se assume como um "parlamentarista histórico", pois entende que esta é a forma mais elevada, mais democrática de governo. Mas considera que se as indispensáveis mudanças na legislação eleitoral - como "a verdade na representação parlamentar" - não estiverem claras, o parlamentarismo é como um cheque em branco. Sua posição atual é de "questionamento e discussão, tanto no que se refere ao parlamentarismo quanto ao presidencialismo". E acha que a discussão está sendo dissociada da grande questão: a consolidação dos princípios éticos; a questão social; os mecanismos de democracia etc.

José Ilário Marques, prefeito de Quixadá, acha que o ideal para o Brasil é o parlamentarismo "do tipo francês". Lamentando que o debate não seja feito em torno de modelos concretos, ele preferiria que o detalhamento do sistema de governo não fosse feito pelo atual Congresso Nacional.

Sílvia Ribeiro, prefeito de Ilícinea, não definiu seu voto e declara-se indiferente à polêmica: "Estamos perdendo tempo nesta discussão. Nenhum dos dois sistemas de governo vai resolver o problema do Brasil".

Luís Sérgio da Nóbrega, prefeito de Angra dos Reis, não tem opinião fechada sobre a questão, mas hoje tende ao presidencialismo.

O PROBLEMA DA FOME NO BRASIL É ALIMENTAR. MEU CARO WATSON!



Muito trovão e pouca chuva

Itamar tem a faca e o queijo na mão, mas seu governo não promete muito

Qual é exatamente, hoje, a política econômica do governo Itamar Franco? Nas intenções, proclamações e até mesmo em algumas poucas realizações há uma mudança de rumos em relação à equipe econômica do governo Collor. Nos fatos, porém, pouco mudou. A inflação prossegue em sua marcha batida de saltos e recuos e a atividade econômica nesse início de ano, depois de um fim de ano de ligeira recuperação, continua com um desempenho sofrível.

Dizer que pouco mudou não significa, porém, que a política econômica seja a mesma da do ex-ministro Marcílio. O mais certo é definir a situação como a de um vazio preenchido por mecanismos de política econômica do governo anterior. E a razão é simples. Sem um programa econômico que vá além de uma carta de intenções, como as que foram veiculadas no início de janeiro pelo ministro da Fazenda, Paulo Haddad, a equipe econômica se restringe a tentar segurar a explosão inflacionária. E utiliza, por isso, uma dosagem de política monetária originária do mesmo receituário de arrocho aplicado por Marcílio.

POLÍTICA DE JUROS. Esse foi o instrumento maior da segunda equipe econômica de Collor. No ambiente de inflação explosiva que voltou a rondar o país com o fracasso das alquimias de Zélia Cardoso de Mello, Marcílio e equipe forçaram a mão nos juros altos para impedir uma depreciação ainda mais acelerada da moeda. A inflação ficou plantada na casa dos 20 a 25% ao mês e, além de mais recessão, uma bomba de efeito retardado foi colocada na economia. Os juros altos tiveram como consequência uma explosiva captação de dinheiro externo e a formação de uma alta dívida interna de curtíssimo prazo. A pressão da dívida pode ser vista no fato de que 60% dos recursos previstos no orçamento da União deste ano estejam comprometidos com o pagamento dos juros e encargos da dívida federal.



A nova equipe econômica, ministradas pelas declarações de Itamar sobre baixar os juros, como forma de estimular o crédito e a produção, até que conseguiu reduzir os juros reais. De uma taxa de remuneração anual situada em cerca de 30% acima da inflação, os juros reais foram puxados para cerca de 20% ao ano. Só a título de lembrança, nas economias estáveis do chamado Primeiro Mundo, a taxa de desconto dos bancos centrais costuma situar-se entre 5 e 10%, aí incluída a inflação anual. Nos Estados Unidos, a taxa é de 2,96% ao ano.

A redução de 10 pontos percentuais nos juros reais é significativa mas é pouco mais do que uma gota no oceano de inflação do país. Não desafoga o crédito, nem é suficiente para estimular a produção e acabar com a recessão.

MIRAGEM FISCAL. Alguém poderia responder que a política econômica do governo, hoje, se resume a uma expectativa que atende pela sigla de IPMF, o

imposto do cheque. De fato, assim como no caso do Carnaval, tudo é deixado para depois de aprovado o IPMF. A partir de 15 de abril, quando se espera que o novo imposto entre em vigor, tudo então será diferente, prometem o ministro da Fazenda e os líderes do governo no Congresso. A partir daí, dizem, o governo terá seu tão decantado equilíbrio fiscal - ou seja, ficará sem déficits.

O governo chora pelo novo imposto e os empresários demonstram que querem mesmo é mamar. Pagar centenas de milhares de dólares para o esquema PC-Collor é legítimo, reconhecer 0,25% sobre as transações financeiras é ilegítimo - eles querem fazer crer. Esperneiam, na verdade, para barganhar a redução de outros impostos. Preocupação com a ética nos tributos, nenhuma. A sonegação fiscal no país chega a 50% segundo os últimos números da Receita Federal.

GELÉIA GERAL. O problema colocado com o novo imposto não é a tributação em si. A questão

é o arranjo de circunstância que ele representa, no momento em que o país precisa de um rumo e regras claras. O governo anunciou aos quatro cantos no final do ano que encararia o desafio de fazer uma reforma fiscal ampla. No final, a montanha pariu um rato. Sobrou o IPMF.

O mesmo pode acabar acontecendo, agora, na definição da política econômica. Ao invés de buscar prioritariamente a estabilização da economia e a instituição de uma moeda nacional e a instituição de uma moeda nacional respeitada - depois de 15 anos de inflação galopante, cruzados e cruzeiros novos -, o governo Itamar dá sinais de que pode descambar para um voluntarismo tão cioso quanto o de Collor - só que com sinais invertidos.

Fazer do combate à recessão um objetivo desencarnado da necessária estabilização econômica só poderá levar a novas e milagreiras fórmulas.

Apesar da transitoriedade dos dois anos de Itamar, nunca um presidente da República reuniu no país tantas condições políticas, nos últimos 15 anos, para estabilizar a moeda e abrir caminho para a retomada do desenvolvimento. As condições são mais do que propícias para buscar o equilíbrio fiscal através de uma carga e de um sistema tributário que coíbe a sonegação e finalmente obrigue os ricos a pagar os impostos de que sempre escaparam. Estão dadas também as condições para um efetivo disciplinamento do patrimônio dos trabalhadores, como o FGTS, assim como a cobrança de austeridade e eficiência em todos os níveis do Estado.

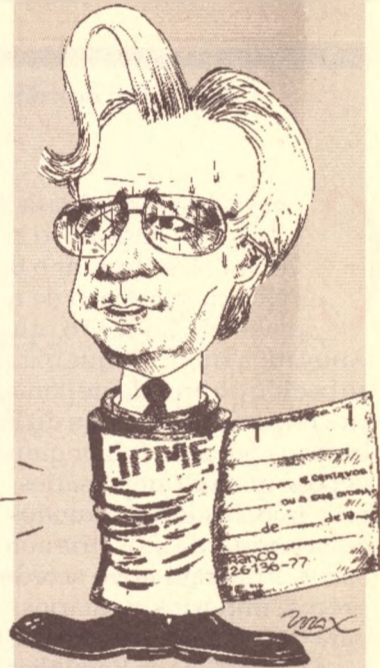
Apesar da boa vontade da opinião pública, o duro, até agora, tem sido acreditar que o "bobo" Itamar seja esperto o suficiente para entender o conjunto de suas responsabilidades. Se até a lira de Sarney pôde voltar a soar com tanta desenvoltura, e ser ouvida com gosto no poder brasileiro, é bom que se acautele a platéia.

JOSÉ PEREIRA

O MELÊ DO IPMF

O IPMF, também chamado "imposto do cheque", é mais uma das ações de Itamar Franco que geraram reboiões na esquerda. Inicialmente contrária ao novo imposto, a CUT reviu sua posição no último 16 de fevereiro e, depois de criticar o "Estado autoritário, privatizado e corrupto" que implantou no país "um dos sistemas tributários mais injustos do mundo", em que quem paga impostos são os assalariados e consumidores, enquanto "a maioria dos empresários pratica a cultura da sonegação", passou a apoiar a aprovação do IPMF "desde que haja isenção total dos salários", entre outras condições. Por trás dessa decisão, há uma preocupação muito mais política do que econômica.

Para a CUT, neste momento o Estado necessita de recursos de emergência e o projeto do IPMF vai atingir diretamente os sonegadores, mostrando a existência de enormes recursos do chama-

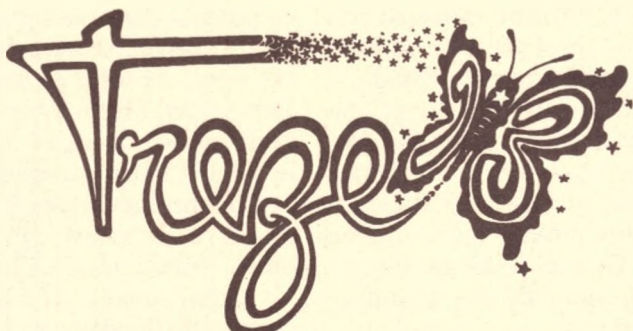


do "caixa 2" e outros de origem criminosa, no mercado financeiro. A aplicação dos recursos conseguidos por este imposto - condiciona a CUT para o apoio - deve ser exclusivamente em habitação, saúde, educação, combate à fome, reforma agrária e política agrícola para pequenos agricultores. E essa aplicação deve ser controlada pela sociedade.

A nota emitida pela CUT termina chamando empresários, governo e Congresso para um debate sobre uma "verdadeira reforma fiscal tendo como base o enfrentamento concreto da crise econômica e social".

PARLAMENTARISMO X PRESIDENCIALISMO

Se o companheiro ainda não decidiu, ainda está em tempo. Ligue agora para a Loja Treze e adquira todas as publicações sobre o assunto. Temos também camisetas, estrelas, broches e adesivos. Oferecemos treze opções em oferta. Você decide. Ligue agora para a Pita no Fone: 37.6651, ela tem ótimos planos para seu diretório.



LOJA CDM - PT - SP

Rua Pedro Taques, 70 - Consolação.

| Produto | Cr\$/Unidade |
|---------------------------------------|--------------|
| Estrela Metal (Peq. Solda) | 15.000,00 |
| Estrela Metal (Méd. Solda) | 17.000,00 |
| Estrela Metal (Gde. Solda) | 20.000,00 |
| Estrela Metal pingente | 15.000,00 |
| Broche Fundação PT (Solda) | 20.000,00 |
| Broche Lula redondo (solda) | 18.000,00 |
| Broche Lula retang. (solda) | 18.000,00 |
| Broche Bandeira do Brasil com a do PT | 22.000,00 |
| Chav. Lula e PT retang. (solda) | 30.000,00 |
| Lapela alfinete redondo peq. | 10.000,00 |
| Lapela alfinete retang. peq. | 12.000,00 |
| Lapela PT dourado médio | 14.000,00 |
| Caneta | 10.000,00 |
| Adesivo Feliz 94 | 4.000,00 |
| Outros adesivos | 5.000,00 |

Condições especiais para Diretórios:

Acima de Cr\$ 500.000,00, 20% à vista ou 5 dias s/desconto.
Acima de Cr\$ 1.000.000,00, 25% à vista ou 10 dias s/desconto.
Acima de Cr\$ 2.500.000,00, 30% à vista ou 10 dias + 10% desconto.

EMPRESÁRIOS MESQUINHOS

Vicentinho, presidente do sindicato de São Bernardo, analisa as atitudes das montadoras.

As montadoras parecem resistir mais uma vez a reduzir lucros ou fazer investimentos relevantes. Como você vê isso?

Os empresários são muito mesquinhos e imediatistas. Não têm uma visão de longo prazo e por isso relutam em fazer investimentos e, particularmente, em reduzir sua taxa de lucro. Opatamos pelo caminho das Câmaras Setoriais porque não acreditamos em pactos amplos. Nas Câmaras negociamos as situações concretas, envolvendo as partes interessadas num setor específico.

Qual a posição de vocês sobre a redução de impostos?

Nós propusemos a redução de impostos condicionada às metas, porque achamos que o Estado, como setor público, não pode ficar com a arrecadação muito reduzida, por causa dos investimentos sociais e, principalmente, não aceitamos que só os empresários fiquem isentos. Mas na última rodada de negociações, ficamos sozinhos, nem os empresários, nem o governo nos apoiaram, a nossa proposta não teve reciprocidade, exatamente por esta falta de planos, este hábito de só lidar com o agora, o momentâneo.

Só 0,5% da população brasileira tem condições, hoje, de comprar carros novos. É possível uma reativação efetiva da indústria automobilística?

Este número é uma denúncia. Ainda assim, apoio circunstancialmente o Fusca, pois coloca na ordem do dia o debate do carro popular. O acordo que resultou na volta do Fusca é importante porque permitiu o aumento de salários e um crescimento de 20% da indústria automobilística

ADÉLIA CHAGAS



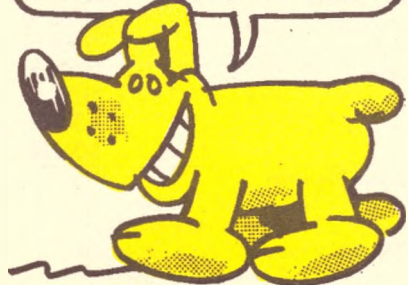
Vicentinho: acordos setoriais

Como numa assombrosa revisita coletiva ao passado, o automóvel voltou a eletrizar o Brasil. A velha chama arde de novo no dia 1º de fevereiro, quando a Autolatina anunciou que iria atender ao pedido do presidente Itamar Franco e retomar a fabricação do Fusca. E brilhou com mais fulgor quinze dias depois, quando empresários, governo e trabalhadores, reunidos na câmara setorial da indústria automobilística, firmaram novo acordo sobre preços, impostos e salários, válido para os próximos dois anos e meio.

O presidente da República apareceu como o grande dirigente do esforço para despertar a indústria automobilística de seu longo sono. Foi ele quem propôs à Autolatina, na última semana de janeiro, a volta do Fusca. Foi ele, sempre disposto a propor, como alternativa às fracassadas utopias de seu antecessor, uma volta aos anos ingênuos em que a industrialização do país engatinhava, quem escreveu uma carta emocionada ao jornalista Jânio de Freitas, defendendo a iniciativa. "O Fusca é o realismo brasileiro, e não o sonho megalômano de uma 'modernidade equivocada'", apelou Itamar.

Não foi preciso esperar muito, no entanto, para que os defensores renitentes do neoliberalismo vissem na iniciativa do chefe do governo um atalho seguro para manter e se possível ampliar seus próprios privilégios. Na edição datada de 17 de fevereiro a revista Veja ridicularizou o presidente, e chamou o arcaico Fusca de "ovo de Itamar", de "palpite infeliz"

"CARRO POPULAR" FICA 10% MAIS BARATO. O PROBLEMA AGORA É ONDE ARRANJAR OS OUTROS 90%...!



que "está voltando ao futuro por um caminho torto". Percebeu, no entanto: o presidente "mirou no que viu e acertou no que não viu". E defendeu uma fórmula batida, segundo a qual é preciso reduzir as alíquotas dos impostos que pesam sobre os carros, para que o Brasil chegue um dia a produzir carros como "as peruas da japonesa Mitsubishi (que) têm chips até na suspensão" das montadoras.

VITÓRIA NEOLIBERAL. Três semanas de debate em torno do tema levaram na prática à celebração de dois tipos de acordo que pareciam satisfazer, no essencial, às teses propostas por Veja. Pessoalmente determinado a incentivar a produção de carros "populares", o presidente Itamar Franco brindou a Autolatina, a Fiat e a General Motors com a isenção completa da cobrança de IPI e Finsocial sobre três veículos: o próprio Fusca, um Fiat Uno sem alguns opcionais e com um distintivo do Congresso Nacional na traseira e uma versão ligeiramente modificada do Chevette Júnior. Os três serão vendidos pelo preço "popular" - e significativamente idêntico - de 6.850 dólares.

As negociações na câmara setorial dos automóveis levaram a um segundo tipo de acordo, que também só se sustenta graças a pesados privilégios fiscais. O governo federal concordou em reduzir seis pontos percentuais das alíquotas de IPI que incidem sobre todos os carros que não serão isentos, e ainda comprometeu-se a pleitear, juntos aos governos estaduais, corte de mais quatro pontos nas alíquotas de ICMS. Em contrapartida a este alívio total de dez pontos percentuais oferecido pelo Estado, o setor privado aceitou reduzir sua margem em apenas cinco. Desses, somente três caberão às montadoras, que nos meses anteriores praticaram reajustes preventivos muito acima dessa faixa. Os dois restantes ficarão a cargo das revendedoras e da indústria de autopeças.

Como pôde o presidente da República entender-se com as multinacionais, que ele ataca verbalmente com tanta insistência? Como puderam tais acordos ser firmados num

setor como o automobilístico, regido afinal de contas por um oligopólio de apenas três empresas, e que chegou a indispor-se com governos notoriamente conservadores, como os chefes ados por Sarney e Collor de Mello?

POLÍTICA MANTIDA. Para encontrar as respostas é preciso examinar com mais detalhes, em primeiro lugar, as bases do programa econômico do próprio Itamar. Seu projeto, apresentado pelo ministro Paulo Haddad, não se afasta essencialmente da política econômica anterior (Veja matéria sobre política econômica na página 7).

O presidente Itamar Franco tem insistido, no entanto, que não suportará a continuidade da recessão, nem a piora incessante das condições de vida do povo. Parece acreditar que será possível reverter ambas as tendências através do incentivo seletivo a segmentos da economia vistos como capazes de "puxar" o conjunto dos demais. Nas sucessivas oportunidades em que abordou o tema, o ministro Paulo Haddad nomeou, entre estes setores, a indústria automobilística, a construção civil e a construção naval. Quando se observa desse ângulo, a ideia de ressuscitar o Fusca surge como parte de algo mais profundo que uma simples jogada de marketing.

É precisamente a partir dessa análise que transparecem, no entanto, a timidez franciscana e os resultados escassíssimos que podem advir do programa de Itamar. "Tenho esperança num acordo parecido com o de 92, que deu uma melhorada no salário", comentava em São Bernardo, às vésperas da reunião da câmara setorial dos carros, o metalúrgico José Aparecido dos Santos, soldador na Ford.

FUNDO DO POÇO. Com 47 anos de idade e 22 de indústria automobilística, ele tinha noção exata, porém, de que essa melhora significava apenas subir um pouquinho, partindo do fundo do poço em que estavam os salários até o ano passado. "Até 81 eu tinha uma certa folga. Visitava a família, ia a Ribeirão Preto todo mês. Ano passado inteiro eu fui uma vez só. Faltei até no Natal."

A coleção impressionante de dados que a subseção do Dieese do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo acumulou nos últimos anos dá caráter de verdade estatística ao que José Aparecido descobriu intuitivamente. Até 1980 a indústria automobilística brasileira despontou como uma das mais pujantes em todo o mundo. Saltou dos 140 mil carros, que fabricava em 1969, para 1,16 milhão-oito vezes mais - treze anos depois.

A partir daí, no entanto, viria uma década inteira de vacas magras: estagnação ou franco declínio do número de carros produzidos. O patamar obtido em 80 só voltaria a ser alcançado em 93. Por anos seguidos a indústria trabalhou abaixo da marca de 1 milhão de automóveis. Pesaram para isso fatores como os anos seguidos de recessão ou crescimento medíocre da economia brasileira, e a piora notável das condições de vida do povo. Mas não deixou de influenciar, também, um fator de ordem externa. Desde 1985 findaram os recordes sucessivos de produção que a indústria automobilística mundial acostumara-se a acumular desde o pós-guerra. O número de unidades fabricadas empacounodegrau de 45 milhões ao ano.

Comprovam os números do Dieese que no Brasil as perdas não foram distribuídas de forma equânime. O cartel de três empresas que domina o setor manteve - e em alguns casos ampliou - poder e margens de lucro através de dois artifícios complementares.

PAÍS A VOLTA DO FUSCA



DE VOLTA AO PASSADO

O governo não quis enfrentar o cartel das montadoras, acostumado com lucros abusivos e baixos investimentos. Ficou no saudosismo



ROBERTO JAVNE/FOHIA/AGORA

DESEMPREGO E ARROCHO. Desfechou em primeiro lugar uma autêntica guerra contra os trabalhadores que empregava, promovendo notável desemprego e arrocho brutal de salários. As montadoras de São Bernardo, que mantinham 72,7 mil trabalhadores em dezembro de 80, haviam demitido, em fevereiro de 91, 20,5 mil - mais de um em cada quatro. Os salários dos metalúrgicos do município conservavam, em outubro de 91, apenas 52% do valor real de nove anos antes.

Simultaneamente, o oligopólio elitizou sua linha de produtos, e encontrou meios de ampliar de forma assombrosa preços e margens de lucros. Cálculos que o jornal O Globo publicou em 10 de fevereiro mostram que os modelos fabricados pela Autolatina, Fiat e GM sofreram entre 1985 e 1993 aumentos reais, em dólares, que equivalem no mínimo a 72%, e que ultrapassam, em alguns casos, os 115%.

O encarecimento e suas conseqüências são mais visíveis quando se comparam preços e salários. Em 1980, calcula o jornalista Cláudio Carsughi, eram necessários pouco menos de 60 salários-mínimos para adquirir um Fusca, o carro mais barato. Se o mesmo modelo voltasse a ser fabricado hoje, pelo preço combinado com o presidente Itamar Franco e mesmo contando com todas as isenções fiscais prometidas, seu preço seria superior a cem mínimos. A mudança da relação era tão nítida que, mostravam os cálculos, no início da década apenas um em cada duzentos brasileiros era considerado em condições financeiras de comprar um carro novo.

O primeiro acordo na câmara setorial dos automóveis, celebrado há um ano, foi apenas suficiente para amenizar esta tendência perversa. Comparada ao ano anterior a produção cresceu pouco mais de 10%. O nível de emprego manteve-se estacionado e os metalúrgicos de São Bernardo conquistaram - feito notável, numa conjuntura marcada pelo prosseguimento da recessão - aumento real de salários de cerca de 20%.

DINHEIRO DO ESTADO. O economista Carlos Eduardo de Carvalho, que coordenou a redação do programa da Frente Brasil Popular nas eleições presidenciais de 89, chama a atenção, no entanto, para um fato que precisa ser levado em conta. Desde o ano

A CRISE É MUNDIAL

Cláudio Carsughi é jornalista especializado em automóveis e editor da revista Oficina Mecânica. Nesta entrevista ele fala sobre a indústria automobilística no Brasil e no mundo.

A estagnação da indústria automobilística brasileira tem alguma relação com causas externas?

Em parte sim. A partir do início dos anos 80 houve uma saturação de mercados. Ao invés de haver expansão, para novos grupos de consumidores, passou a ocorrer apenas reposição dos veículos que envelhecem. Em muitos países do primeiro mundo a densidade de automóveis já chegou a menos de um para cada dois habitantes. Tirando crianças, deficientes e outros, é quase um carro para cada pessoa. Além disso, em muitos países do terceiro mundo a densidade é muito baixa, mas não há sinais de melhora.

Isso acirra a competição internacional?

Certamente. Há no momento uma intensa disputa pelos mercados do primeiro mundo. O fenômeno mais marcante da atualidade, no entanto, é que nos dois últimos anos diminuiu a produção japonesa, que parecia ser a última ilha de prosperidade.



JANUÁRIO E DA SIVA

Carros de luxo, lucro maior

No Brasil houve nos últimos anos um sensível encarecimento dos carros. Como isso refletiu na produção?

Os carros ficaram muito mais distantes dos trabalhadores. Custam o dobro, em salários-mínimos. As montadoras procuram fabricar carros de luxo, que dão margem de lucro muito maior. Sabem que quem ainda pode comprar carros tem poder aquisitivo alto, e aceita pagar bastante. Assim a crise se realimenta, porque com redução da escala de produção aumenta o preço e diminui a competitividade internacional.

alíquotas de impostos ao cumprimento de metas de produção, emprego e salários.

O SORRISO DO CARTEL. Sem romper com a política econômica que leva ao empobrecimento dos trabalhadores, e sem enfrentar o cartel das montadoras, a política do governo para o setor, e sua própria estratégia para a retomada do desenvolvimento, parecia resultar, ao fim das contas, em muito pouco além da preservação dos interesses do próprio oligopólio. Os trabalhadores estavam muito distantes de recuperar o nível de emprego e de salários de uma década atrás. O Estado parecia, após seguidas reduções de alíquotas de impostos, prestes a perder uma fonte importante de recursos e um instrumento de justiça social. E o país estava prestes a retomar a produção de um carro - o Fusca - cujo projeto data de 53 anos atrás e que, para maior vexame, seria vendido por 6.850 dólares, contra os 5.736 que custava, incluindo todos os impostos, quando deixou de ser produzido em 86.

Com um pouco de vontade política, e mesmo sem considerar a hipótese de lutar por um outro tipo de desenvolvimento, que privilegia o transporte coletivo e não-poluente (ver matéria à página 10), seria possível conseguir muito mais. A indústria automobilística mundial acaba de lançar veículos, como o Excel, sul-coreano, o Geômetro, dos EUA, ou o Civic, do Japão, no mínimo duas vezes mais econômicos que o Fusca, e mais baratos (o Geômetro, por exemplo, roda até 23 km com um litro de gasolina, segundo o fabricante, e custa 6 mil dólares).

As multinacionais instaladas no Brasil, no entanto, comemoravam nosso atraso - e sintomaticamente o motivo de festa era maior quando analisados os dados relativos à menina dos olhos de Itamar. Mostravam os dados do Dieese que ao retomar a produção do antigo "besouro", agora livre de taxas, a Autolatina obteria um lucro bruto equivalente a 36,4% do preço de venda - mais de três vezes superior aos 10,47% que era possível arrancar em março de 86.

ANTONIO MARTINS
colaborou Rute Imanishi Rodrigues

A FUGA ANUNCIADA

A fuga da Colônia Penal de Rio Branco de Darly Alves da Silva e de seu filho Darci Alves Pereira, responsáveis pelo assassinato do sindicalista Chico Mendes, indignou a sociedade acreana organizada pelo tom de naturalidade com que foi tratado pelas autoridades do estado. Coincidência ou não, a fuga acontece no momento em que mais uma vez o governo do estado apresenta ao ministro da Justiça, Maurício Corrêa, o pedido de uma verba de Cr\$ 70 bilhões para a reforma da Colônia Penal e a construção de um presídio de segurança máxima. "Depois da fuga o ministro ficou bem mais sensibilizado", afirmou o secretário de Segurança Pública do Acre, José Elias Chaul.

A ausência do governador do Estado Romildo Magalhães (PDS), a desarticulação escancarada da polícia civil, militar e federal nas buscas dos furtivos e a falta de informações sobre as investigações levou o Comitê Chico Mendes - que reúne 35 entidades - a solicitar do presidente Itamar Franco a intervenção no estado. "O governador saiu sem dar posse ao presidente da Assembleia Legislativa devido à briga interna do PDS. Ninguém responde pelo estado e ele só volta no Carnaval", afirmou Russelino Barbosa, membro do Comitê. "Tudo demonstra que não há vontade de se capturar os presos."

Para Osmarino Amâncio, presidente do Sindicato dos Trabalhadores de Basiléia, membro da Executiva do Conselho Nacional de Seringueiros, a fuga de Darly e Darci é mais um capítulo na história da impunidade e da conivência dos governos estaduais do Acre com crimes cometidos pelos grupos políticos e econômicos do estado. "O julgamento de Chico Mendes foi um fato isolado. A impunidade continua solta no Acre".

As entidades temem que o dinheiro fortaleça uma política de segurança pública implementada pelo PDS que incorpora como natural a existência de esquadrões da morte e pistoleiros. Osmarino, pretende voltar a discutir com a CUT e o PT a tese da autodefesa. "A comunidade tem que ter formas de reagir a essa violência. Não dá para esperar só o institucional." Para o sindicalista, a discussão sobre violência no campo é um tabu no PT. "Precisamos sair da denúncia para conseguir propor medidas concretas que ataquem o problema."

DENISE CARREIRA
Rio Branco, AC



O que rola da Câmara Setorial

As negociações do acordo dos automóveis que a grande imprensa não relatou

Luiz Adelar Scheuer, presidente da Anfavea (Associação Nacional dos Fabricantes) é um hábil negociador patronal. Experiência RH da Mercedes Benz, é a principal referência patronal na mesa de negociação da Câmara Setorial da Indústria Automotiva. Junto com o presidente do Sindipeças, Cláudio Vaz, e com Ivan Fonseca, vice-presidente da Autolatina, Scheuer dificilmente deixa a peteca cair.

Nem a habilidade, nem o poder de fogo de quem representa cerca de 10% do PIB, no entanto, conseguem amedrontar outro time de craques, liderado por Vicente

Paula da Silva, o Vicentinho, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo. Junto com Carlos Alberto Grana, da Federação dos Metalúrgicos da CUT e Heiguerito Della Bella Navarro, da Confederação dos Metalúrgicos estes peões do ABC dividem todas as bolas jogadas na mesa da Câmara. O pessoal da Força Sindical, com Lúcio Belantani à frente, este ano resolveram entrar no campo, embora algumas vezes jogando no impedimento.

Mas a guerra é pra valer. Na segunda rodada de negociações, em janeiro, havia muita intranqüilidade, parti-

cularmente quanto ao setor de caminhões. Empresários e trabalhadores cobram o cumprimento dos compromissos assumidos pelo governo no ano passado: financiamentos, consórcios, cotas e projeto de lei sobre exportações. Embora trazendo uma bancada respeitável, incluindo o Ministro do Trabalho, Valter Barelli, o governo mostrou que tem pouca bala, além de um outro negociador muito pouco hábil, o Ministro da Indústria e Comércio, o banqueiro José Eduardo Andrade Vieira. Os recursos para o financiamento de caminhões oferecidos através do Finame ficaram limitados a 200 milhões de

dólares. A solução complementar - inaceitável aos trabalhadores - estaria em lançar mão do dinheiro dos desempregados depositado Fundo de Amparo aos Trabalhadores. Na prática, portanto, a disponibilidade do governo não ia muito além da redução imediata do IPI. As montadoras aplaudiram. Mas os trabalhadores protestaram. O projeto apresentado pelos metalúrgicos de São Bernardo admitia a redução gradual do IPI dos caminhões - assim como para outros veículos em discussão -, mas vinculava esta medida ao cumprimento de metas de produção, emprego e salário.

CELSO HORTA



Carros, os maiores causadores de poluição nas grandes cidades

Carro, consumismo, catástrofe

O símbolo máximo do capitalismo polui em nome da comodidade de poucos.

A longo do século XX, a tradição do movimento operário associou de modo cada vez mais íntimo - e mecânico - melhores condições de vida e desenvolvimento cultural com aumento da produção e do consumo de bens materiais. Nos últimos anos, no entanto, a crise do marxismo e o despontar dos movimentos ecológicos têm levado a rever essa associação. Como não poderia deixar de ser, o automóvel tornou-se alvo privilegiado de críticas e denúncias.

Ele "é uma espécie de divindade que exige sacrifícios humanos: todos os fins de semana, nas capitais do mundo, há aquela lista infundável de mortos nos acidentes, um massacre de homens, mulheres e crianças tratado como uma fatalidade, um fenômeno da natureza", destaca por exemplo o pensador marxista renovador Michel Löwy, em entrevista concedida no fim de 92 ao jornal *Em Tempo*. Löwy prossegue: "Existe no movimento socialista e no

próprio pensamento de Marx uma visão em que a continuidade entre a civilização industrial é afirmada de maneira excessivamente unilateral. A necessidade de ruptura com esse modelo de civilização não está suficientemente afirmada".

DESCASO DAS MULTIS. Partindo de pressupostos teóricos quase sempre distintos, setores importantes do movimento ambientalista têm chegado a conclusões semelhantes. Roberto Kishinami, coordenador da área de atmosfera e energia da organização *Greenpeace* no Brasil, destaca por exemplo o descaso das multinacionais automobilísticas com a emissão de poluentes dos carros que produzem no terceiro mundo. Ele mostra que os automóveis brasileiros emitem em média 12 gramas de monóxido de carbono por quilômetro rodado - contra 2 gramas na Europa. "Se os mais de um milhão de carros que há em São Paulo rodarem por dia cinquenta

quilômetros, teremos diariamente o despejo de 600 toneladas no ar, só desse tipo de poluente", diz ele.

"É por isso", continua, "que é ridículo pretender que a organização das cidades fique ao sabor das forças do mercado". Kishinami afirma que o *Greenpeace* defende há muito algo que as próprias administrações de esquerda temem fazer no Brasil: fechar os centros das metrópoles para a circulação de automóveis.

As estatísticas parecem confirmar as teses de Löwy e de Kishinami. Em 1990 a frota mundial de automóveis não passava de 583 milhões de unidades. Menos de um em cada dez habitantes do planeta tinha acesso ao bem, e a concentração geográfica aprofundava a desigualdade: 77% da frota estava concentrada nos EUA, Europa e Japão, que reúnem menos de 20% da população do globo.

PROVA ESTATÍSTICA. Privilégio de poucos, o automóvel incomoda a todos. Revela a

edição deste mês da revista *Quatro Rodas* que morrem de acidente de trânsito, a cada dia, 137 pessoas no Brasil. É como se um Boeing lotado caísse a cada dois dias em algum ponto do território nacional.

A tragédia provocada pelos problemas ambientais tem proporções semelhantes. No ano passado, pesquisa sobre poluição e mortalidade infantil conduzida pelo professor Paulo Saldiva, da Faculdade de Medicina da USP revelou que um dos tipos de poluentes emitidos pelos carros - os óxidos de nitrogênio, ou NOX - era responsável direto pela morte de centenas de crianças ao ano. Sabia-se que a taxa de NOX presente na atmosfera da cidade variava de 0,05 a 0,2 partes por milhão. O estudo comprovou estatisticamente que cada aumento de 0,1 partes por milhão elevava em oito mortes por semana o índice de mortalidade infantil no município.

ANTÔNIO MARTINS



SINDICAL
MIMI, O FIESPENTO

Unida, a CUT vai à luta

Para os Metalúrgicos de São Paulo, é hora da onça beber água

A duríssima batalha que as correntes cutistas enfrentarão nas próximas semanas, para apresentarem-se como alternativa real de direção, nas eleições para o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, começou de forma animadora. Uma convenção de operários, realizada após intensas negociações, assegurou na segunda semana de fevereiro a formação de uma chapa única da CUT - a Chapa 2 -, integrada por todos grupos ligados à central que atuam na categoria (CUT pela Base, Corrente Sindical Classista, Articulação, Convergência Socialista e Força Socialista).

A unidade foi facilitada por gestos de desprendimento das várias correntes. A tendência CUT pela Base, que reconhecidamente é a mais forte das que se opõem a Luiz Antonio Medeiros, abriu mão da presidência da chapa, em favor de Mauro Farabotti, que integra a Articulação mas tem grande representatividade na Autolatina, onde integra a comissão de fábrica.

Em compensação, é possível que as enormes dificuldades materiais que costumemente prejudicam as chapas oposicionistas seja minorada pela decisão da CUT em assumir a campanha, através de sua representação estadual em São Paulo.

CARA DAS FÁBRICAS. A Chapa 2, diz Sebastião Neto, participante de antigas batalhas da *Oposição Metalúrgica* e membro da Executiva Nacional da CUT, reúne uma série de características que devem facilitar seu contato com a categoria. Tem a "cara das fábricas", formada que é de lideranças que se destacaram nas empresas onde atuam. Denuncia com dureza as ligações entre Medeiros e Collor e assume clara oposição a Itamar, pelos elementos de continuísmo que predominam em seu governo. Fustiga o atual presidente do sindicato, por fim, por ter ficado inerte quando a categoria foi afligida por algumas das consequências mais graves do projeto neoliberal: desemprego, flexibilização de direitos e terceirização, entre outras.

Duas outras chapas disputam a direção do sindicato. O poderoso Medeiros compôs a sua com ex-cutistas cooptados (Lúcio Bellentani e Juruna), gângsteres sindicais (Paulinho Pereira, comandante das agressões contra a oposição no 8º Congresso dos Metalúrgicos, e outros) e com ex-interventores no sindicato (Bernardino, por exemplo, que integrou a junta que



MAX SANTOS

interviu em 1964).

Já a CGT, ligada ao MR-8, que chegou a propor chapa única com a CUT, apresentou, segundo Neto, exigências julgadas descabidas. Exigia participar da diretoria com peso muito superior a sua inserção na categoria e propunha o nome do velho pelego Joaquinção para presidir a nominata. Acabou saindo sozinha.

JOGO PESADO. A primeira semana da campanha foi marcada pelo jogo pesado de Medeiros. Imprimiu jornal de oito páginas e quatro cores, que se serve do padrão gráfico das publicações do sindicato. Contratou centenas de propagandistas, que visitam as fábricas em troca de Cr\$ 150

mil ao dia mais vales-refeições. Apresenta programa francamente despolitizador e assistencialista, para esconder suas ligações com Collor.

Em nova demonstração de seus métodos antidemocráticos - e talvez num reconhecimento de que sua força não é tão absoluta quanto alardeia - o presidente colridor do sindicato marcou o pleito para 8 a 11 de março, apenas um mês (e doze dias úteis) após o prazo limite para inscrição de chapas. Ciente da superioridade material de sua campanha, alcançada graças à contratação de mercenários, tem sugerido nos materiais de campanha que seus correligionários devam sentir-se à vontade para agredir fisicamente membros da oposição.

A.M.

FARSA SINDICAL ATACA EM SANTOS

O pelego Cidão, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Santos e candidato à reeleição pela Chapa 1, da Força Sindical (a central de Medeiros, o fiespento), foi responsável por mais uma farsa típica do sindicalismo mafioso. Amigo de Medeiros, ele armou para a eleição do seu sindicato, no último dia 5, uma mutreta que terminou em violência, quando um oficial de justiça, em posse de um mandado judicial e com grande aparato da Polícia Militar, determinou que as urnas fossem encaminhadas ao 6º Batalhão da PM de Santos. Pelo mandado, a apuração foi suspensa e as urnas deveriam ser levadas para um dos cartórios da cidade, e não para a PM. Muitos metalúrgicos integrantes da Chapa 2, que se encontravam em frente ao sindicato acompanhando o encerramento da eleição, foram violentamente agredidos pela Polícia Militar, que usou cassetetes, bombas de gás lacrimogênio e de efeito moral e fez disparos de escopetas para o alto. Mais de vinte metalúrgicos ficaram feridos.

O que era uma eleição sindical transformou-se em caso de polícia. Tudo começou com o processo que um aposentado metalúrgico (que também é funcionário do sindicato) abriu contra a Chapa 2, da CUT e liderada por Uriel Villas Boas, alegando, com base em documentos falsos, que a chapa não tinha o número correto de aposentados no Conselho Consultivo. Esse processo foi todo montado por um advogado da Força Sindical de Medeiros, o fiespento, e o aposentado é amigo pessoal do encabeçador da Chapa 1, o pelego Cidão. E o que é pior: o prazo para impugnação de qualquer uma das chapas havia passado. Meras coincidências?

Na verdade, tudo não passou de uma manobra da Força para "melar" a eleição que tem como vencedora certa a Chapa 2, da CUT. Aliás, o sindicato é filiado à Central Única dos Trabalhadores, conforme decisão democrática dos metalúrgicos da Baixada Santista, em plebiscito realizado em 1991. Os metalúrgicos da Baixada aguardam a convocação imediata do segundo escrutínio das eleições.

TOQUE SINDICAL

CELSONO MARCONDES

CASAMENTO À VISTA. Está a mil por hora o processo de unificação dos sindicatos dos metalúrgicos de São Bernardo e de Santo André. Desde janeiro eles já têm um boletim comum, o "Metalúrgicos do ABC". E está marcada para o dia 5 de março a "Assembléia da Fusão". A partir daí fica deflagrado o período eleitoral, que prevê para dia 24 o início do primeiro turno das eleições. O atual presidente do Sindicato de São Bernardo, o Vicentinho, já está indicado como encabeçador da chapa que será formada com o apoio das duas diretorias atuais e que será montada na Convenção do dia 4 de abril. O "Sindicato dos Metalúrgicos do ABC" deverá ter uma base de mais de 150 mil trabalhadores, dos quais cerca de 80 mil estão sindicalizados. Mais de mil e quatrocentas empresas, de seis cidades, terão agora que encarar uma força ainda maior da categoria.

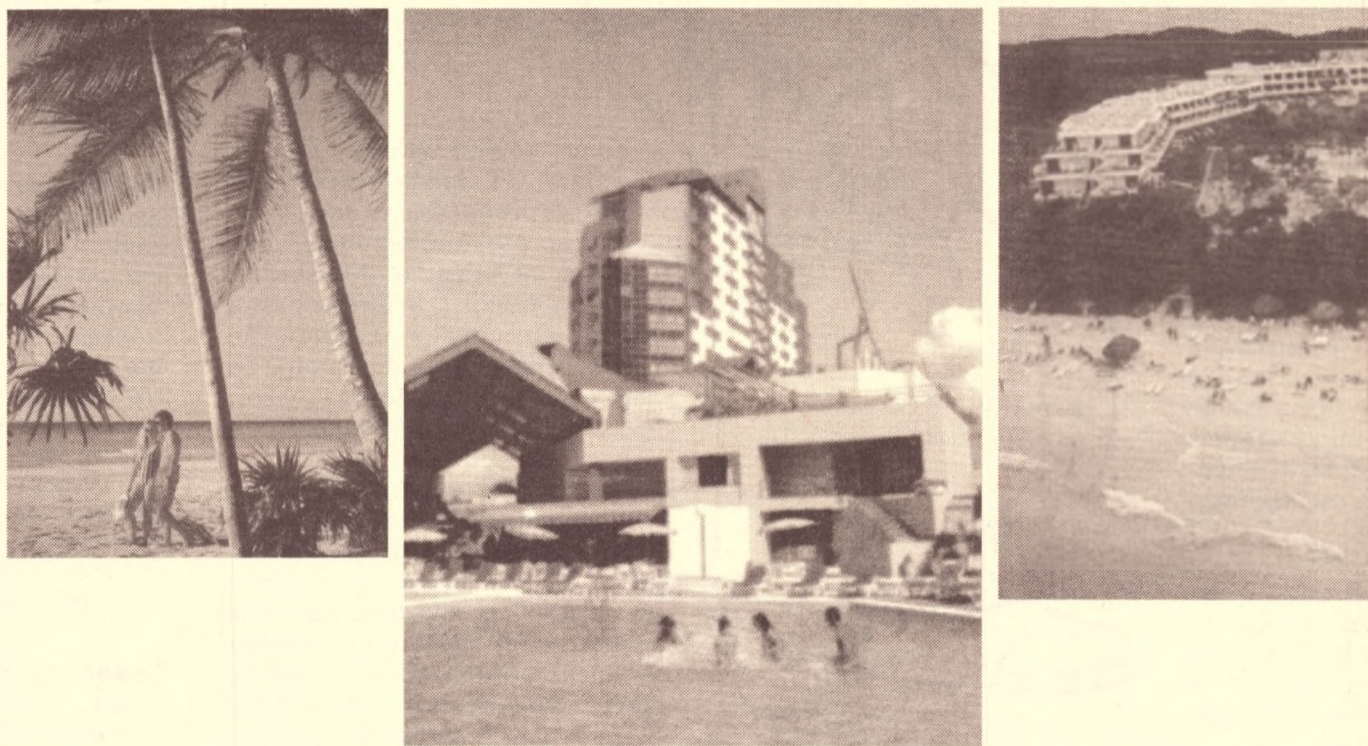
NOIVADO ROMPIDO. Enquanto isso, deu pra trás a unificação do Sindicato dos Petroleiros de Mauá com o de São Paulo. A unificação, que já havia definido uma série de passos concretos em 1992, emperrou no final do ano e nos dois sindicatos ninguém toca mais no assunto. Pior para eles, pois com certeza a nova entidade teria mais cacife pra negociar com a Petrobrás.

DE CASA NOVA. O Sindicato dos Bancários de São Paulo chutou o balde. A nova sede própria que eles inauguraram em pleno Edifício Martinelli, um dos prédios mais tradicionais do centro da cidade, é um arraso. São seis andares inteiros, começando do térreo, tudo novinho. Áreas de lazer, salas, salões, locais para exposições, tudo entregue na festa do último dia 12 de fevereiro. O maior sucesso, que deu o pontapé inicial nas comemorações dos 70 anos da entidade, que se completam em abril.

TEMPO DE COLHEITA. Reforma agrária, violência no campo, formas de organização, sistema de governo, esses são alguns dos assuntos que estarão em debate no II Congresso do Departamento Nacional dos Trabalhadores Rurais da CUT, nos dias 25 a 28 de março, em Goiânia. Ele reunirá 276 delegados, representando 614 sindicatos rurais, dos 14 departamentos estaduais e das 4 federações que já aderiram à CUT e de outros integrantes de 9 federações e da CONTAG. Uma base bem significativa: mais de 5,8 milhões de trabalhadores do campo. Apesar da atualidade de todos os temas que estão pautados, aquele que deve atrair mais as atenções dos delegados será a discussão em torno da possibilidade de adesão da - em outros tempos feroz adversária - CONTAG. São novos ventos soprando no campo.

SINAL FECHADO. Depois de quatro anos de bichadas com o governo de Luíza Erundina, o Sindicato dos Condutores de São Paulo tem pela frente uma encrência das grandes. Maluf mal começou o mandato e já virou todas as baterias para a questão dos transportes coletivos. Diminuiu o número de ônibus, quer acabar com a municipalização. Resultado imediato para a categoria: menos empregos, ônibus cheios, piores condições de trabalho. Tem muita gente na base já dizendo que era feliz e não sabia...

Quem você levaria para esta ilha?



*Cheia de sol, com um mar que só o Caribe tem,
deliciosas bebidas como o mojitos e o daiquiri
que encantaram o escritor Ernest Hemingway,
uma música sensual e convidativa... Tudo isto é Cuba.
Pra completar, hospedagem em hotéis de primeira categoria.*

*Não é sonho nem utopia
e custa muito menos do que você pensa.*

Programa Especial "Las Yagrumas"

Tudo incluído por apenas US\$ 999,00 por pessoa,
em apartamento duplo.

Saídas todas as sextas-feiras.

 **cubanacan S.A.**

Como enfrentar filas e desemprego

Ampliação do horário de atendimento é a solução proposta pelos bancários cariocas

Mais do que um fantasma, a recessão brasileira aterroriza o movimento sindical como um todo. As crescentes taxas de desemprego e a economia em frangalhos desafiam a criatividade das entidades. Se levadas adiante, individualmente, as reivindicações dos trabalhadores parecem fadadas ao fracasso. As batalhas de rua pelo afastamento de Fernando Collor da presidência, que uniu tanta gente, deixam lições. No Rio de Janeiro, o Sindicato dos Bancários encontrou uma fórmula original de lutar pela criação de novos empregos, envolvendo a sociedade no processo. Trata-se de uma campanha pela ampliação no horário de atendimento nas agências bancárias. As agências, que hoje funcionam entre as 10h e as 16h, passariam a atender a clientela entre as 9h e as 17h, com a criação de mais um turno de trabalho. Ganham a categoria, que mantém a oferta de empregos no setor, e a população que perde atualmente preciosas horas, e às vezes até a vida, nas intermináveis filas.



Filas: o drama cotidiano dos brasileiros

já conta com a adesão de entidades como a CUT, a ABI e a Confederação Brasileira dos Aposentados e Pensionistas, além de vários sindicatos. Os bancários lançaram cartazes, adesivos e jornais específicos para os clientes, além de um abaixo-assinado a ser enviado ao Banco Central e aos governos estadual e municipal. Pela sua natureza ampla, a campanha pode ganhar abrangência nacional.

Para o secretário-geral da Federal dos Aposentados e Pensionistas do estado, Luis Sanches, os aposentados estão dispostos a brigar pela causa. Segundo ele, a ampliação do horário de atendimento é praticamente uma extensão do movimento pelos 147%. O presidente da CUT-RJ, Washington Costa, concorda: "A campanha é fundamental pois democratiza o acesso da população aos serviços bancários". Ele destaca o fato de uma reivindicação corporativa ir de encontro aos anseios da sociedade e recomenda a extensão deste tipo de campanha a outros setores.

O presidente do sindicato, Fernando Amaral, lembra que os bancos privados possuem interesse especial em manter o atendimento aos clientes de forma precária. "A elitização dos bancos é uma realidade. O banqueiro não faz questão alguma de prestar serviços", denuncia. São cada vez mais comuns as restrições impostas pelas agências ao cliente que não movimentam grandes quantias. O pagamento de contas, por exemplo, fica restrito aos horários determinados pelos bancos

FILAS PORQUE FILAS. Piadas e histórias pitorescas sobre filas parecem existir em vários países. No Brasil, porém, perdem a graça e atingem dimensões dignas de um romance de Franz Kafka. Em Porto Alegre, estudantes e pais passam a noite enfileirados em busca de vagas na rede estadual de ensino. Por aposentadorias irrisórias, aposentados e pensionistas fazem o mesmo em agências bancá-

A MORTE RONDA AS FILAS

Janete de Almeida Medeiros, 62 anos, enfrenta todo mês a fila numa agência do Banco Real para receber sua aposentadoria. Ela tem a triste convicção de que pode morrer na fila. Foi assim com seu marido, Jesus Maria Pereira de Medeiros, que, em maio de 1992, não voltou para casa. Jesus passou mal na fila de um posto do INSS que concentra agências de três bancos, no município de Niterói. O enfarto ocorreu por volta das 21hs. Ele era o quarto de uma fila que só começaria a ser atendida às 8hs do dia seguinte. A pensão que Jesus receberia era de Cr\$ 96.307,00.

"Ele chegava em casa com as pernas inchadas de tanto ficar de pé", recorda-se Janete. O posto do INSS, na Rua da Conceição, paga em média dois mil aposentados e pensionistas por dia. Todas as noites, a cena se repete. Caixotes de madeira, cobertores, cadeiras de praia e garrafas de café fazem parte do cotidiano dessas pessoas que após uma vida inteira de trabalho vêem sua cidadania enxovalhada. Jesus não foi a única vítima. Mais sete pessoas morreram de modo parecido no ano passado.



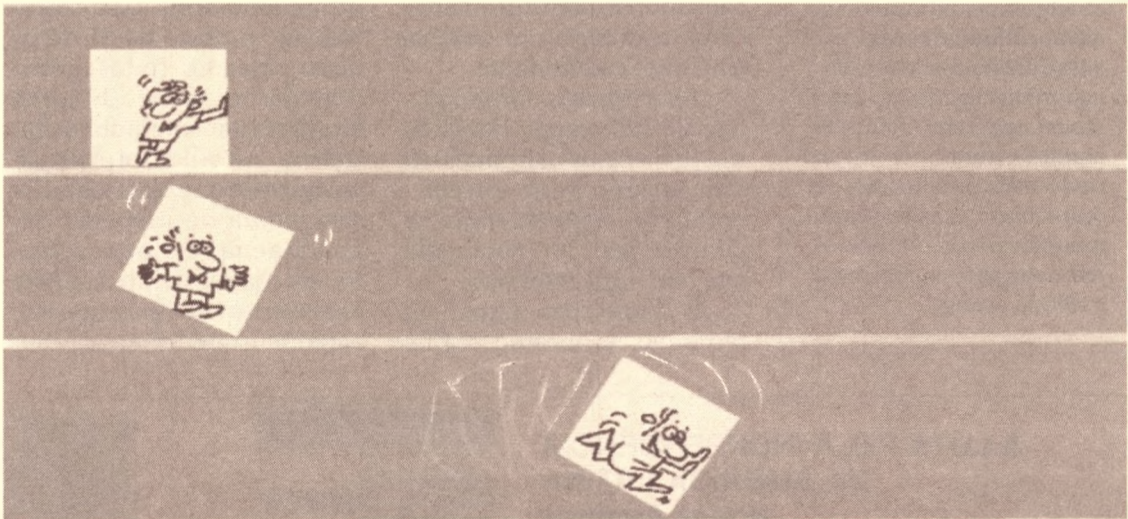
MURILLO ROCHA

Amaral: elitização

As demissões na categoria, só no ano passado, atingiram cerca de 7,5% dos bancários no município. As homologações realizadas no sindicato chegaram perto da casa das cinco mil. A automação crescente das instituições financeiras estimula a política de demissões em massa e a lucratividade dos bancos continua alta. Em 1992, o Bradesco - campeão de demissões - lucrou Cr\$ 3,5 trilhões. Lucros de Primeiro Mundo, atendimento de Terceiro. No mesmo período, oito pessoas, sobretudo aposentados, morreram nas filas.

NOVOS EMPREGOS. Mesmo sem números oficiais, os técnicos do Dieese avaliam que a adoção de um segundo turno poderá criar algo em torno de 20 mil novos empregos no Rio. Isso equivale a dizer que o número de caixas nas agências praticamente dobraria.

Lançada oficialmente no dia 28 de janeiro, a campanha



LUIZ

as e postos do INSS. Nos hospitais públicos, a mesma coisa. Na desordem brasileira, fila virou fator social.

A experiência do atendimento ampliado já foi testada, com êxito, em várias capitais, por ocasião do pagamento dos aposentados. A Câmara Distrital de Brasília aprovou, por unanimidade, a ampliação do horário de atendimento. O projeto, para virar lei, só depende da sanção do governador Joaquim Roriz. No Rio, o vereador Édson Santos (PCdoB) apresentou o Projeto 1.939/92, que fixa em oito horas e meia o horário de atendimento nas agências.

O projeto já tramita nas comissões temáticas da Câmara Municipal e poderá ser votado ainda neste semestre. Em janeiro, o presidente do Sindicato dos Bancos, Theóphilo de Azeredo Santos, enviou correspondência aos 42 vereadores cariocas recomendando a rejeição do projeto. Ele se apóia em parecer do consultor jurídico da Febraban, Geraldo Camargo Vidigal, para quem só o Conselho Monetário Nacional pode regulamentar a questão.

Na verdade, os municípios têm autonomia para determinar em que horário devem funcionar os estabelecimen-

tos bancários assim como o comércio e a indústria. Em várias cidades do Nordeste, por exemplo, os bancos funcionam seis horas, só que concentradas na parte da manhã.

AFFONSO NUNES
do Rio de Janeiro



ELEFANTES AMERICANOS. A GM, a maior corporação multinacional do mundo, teve em 1992 um prejuízo de US\$ 23 bilhões de dólares, mais do que o PIB do Chile. O prejuízo da Ford foi de 7,4 bilhões, da IBM de 4,9 e da Sears, 3,9. As grandes empresas repetem, de forma piorada, o desempenho de 1991. Causas: gastos de previdência e uma estrutura burocrática pesada, centralizada e povoada de marajás. As corporações privadas são, nos EUA, exemplos de ineficiência.

MUTRETAS NO MERCOSUL. Aproveitando a falta de regulamentação de acordos sobre a livre circulação de mão-de-obra na região, construtoras uruguaias estão contratando trabalhadores brasileiros para trabalhar no país por salários brasileiros. O piso salarial da construção civil no Uruguai era, em novembro, de 12 dólares por dia. Mas os operários brasileiros estavam ganhando, segundo o jornal *Brecha*, apenas 3 dólares diários!

COLLOR SOCIALISTA. A demissão do secretário-geral Bettino Craxi do Partido Socialista Italiano, ex-primeiro-ministro da Itália é a culminância de um escândalo que lembra o de Collor-PC. Foi preso Silvano Larini, tesoureiro de Craxi, que administrava uma gigantesca caixinha de 10 a 20% de cada contrato público.

A QUÍMICA DO AMOR. A paixão é um mero produto de um verdadeiro caldo de substâncias químicas que agem no corpo. A matéria de capa da *Times* de 15 de fevereiro cita uma série de pesquisas recentes para fundamentar esta idéia. Segundo ela, a feniletamina, a dopamina e a norepinefrina são anfetaminas naturais cujo efeito estimulante das paixões dura de dois a três anos; endorfinas ligadas ao amor atuam no cérebro como calmantes naturais por um período mais prolongado; e a oxitocina é o estimulante muscular produzido pelo cérebro durante o orgasmo. E a ciência avança!

A recessão do

Não há fome nem dramas sociais como os da nossa crise. Mas os japoneses estão intranquilos.



A grande "bolha" da economia especulativa estourou e está todo mundo de ressaca no Japão. Ficou um gosto de champanhe choca na boca, dor de cabeça e uma recessão. Mas a recessão nipônica é diferente. O nome é o mesmo, o fenômeno igual, mas os efeitos são outros. É como se fosse uma prima rica da recessão brasileira. O efeito que se vê é mais de um ajuizamento, uma dieta de emagrecimento, um corte nas gorduras, uma volta aos valores básicos.

Recessão mete medo. Como um bicho-papão, um desmancha-prazeres. E esse gosto amargo que ficou na boca dos japoneses teima em persistir ainda por um tempo. Como será o amanhã? - perguntam-se todos. E vem o medo de gastar como antes. De consumir do bom e do melhor, como acontecia em terra de iene forte e abundante.

As empresas cortam gastos. De luz, papel, horas extras, benefícios marginais. Ao sair, apague a luz e feche a porta! Não fique fazendo corpo mole para ir embora, que não tem hora extra não.

E papel pra xerox, pra rascunho e mesmo pra fax

tem que ser aproveitado dos dois lados. Nada de espaços em branco demais! Quando viajar, mesmo sendo chefe, deve escolher a classe econômica e, se possível, um bilhete com descontos. Fim dos altos jantares por conta da firma e dos joguinhos de golfe com clientes em clubes caros. Tudo isso dá um friozinho na barriga, pois prenuncia gestos mais drásticos se a coisa ficar pior.



INDÍCIOS. E já tem algumas empresas anunciando corte de pessoal, começando pelos

que se voluntariam em se aposentar. Depois virão os outros. Sem querer fazer jogo de palavras, a Pioneer - do ramo de eletro-eletrônica - foi a pioneira no anúncio de um corte de 35 funcionários em idade de aposentadoria a ser executado até o prazo de 31 de janeiro passado. Todos acabaram concordando e o desfecho foi aparentemente indolor. Entretanto, a medida foi mais psicológica do que realmente desafogadora de despesas. Segundo a empresa, o que se tentou foi mais um tipo de alerta aos empregados para que não acreditem que é dogma de fé o

fato de nenhuma firma japonesa despedir funcionários. A Omron, a maior fabricante japonesa de componentes de controle, também já anunciou que pretende reduzir a folha de pagamentos em 1.500 pessoas até o final de 1995. O plano deles é empregar menos e aposentar mais. Para esses três anos, planeja-se contratar somente 2.100 novos funcionários - contra os 4 mil que entraram nos dois últimos anos - e aposentar 3.600 empregados.

Pensava-se que o pior já tinha passado quando algumas firmas resolveram pagar as bonificações de inverno "em espécie" para funcionários acima do nível de gerência, entregando vale-mercadorias em vez de dinheiro vivo. Não que isso fosse novidade. Em fases recessivas no passado, esse recurso já tinha sido usado. Com isso, não somente se alivia a folha de pagamento, como baixam-se os estoques. O caso da NEC, que recorreu a esse expediente, saiu até em editoriais de jornais nacionais. Mas a Mitsubishi e a Sanyo também fizeram o mesmo, sem tanto alarde. O interessante é que esse tipo de pagamento em espécie só foi para os

mais graduados. A maioria dos funcionários recebeu dinheiro mesmo. Aqui é assim, sofre primeiro quem está em cima. E ninguém pode reclamar que o chefe é o mais privilegiado. Pelo contrário. Ele nem ganha horas extras e trabalha até tarde para dar o exemplo... Quem diria.



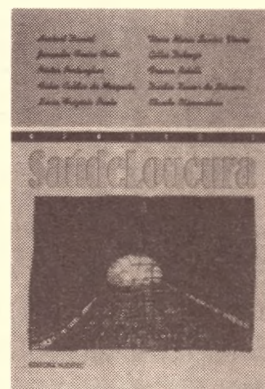
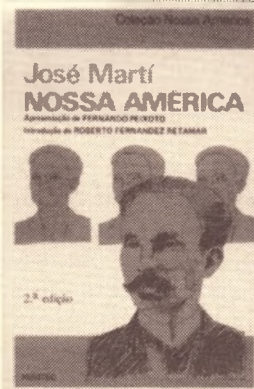
O JEITINHO JAPONÊS. Agora os sindicatos se preparam para a "ofensiva de primavera 93", antes do início do ano fiscal, que no Japão começa em abril. Eles estão pedindo algo em torno de 7% de aumento nos salários, diminuição de horas de trabalho, aumento do adicional por hora extra e bonificações anuais correspondentes a cinco meses de salários. Mas, enquanto as negociações não se iniciam, o que fazem os japoneses assalariados que viram diminuir o dinheiro no bolso? Bem, no Japão também tem o "jeitinho" e o pessoal está se virando para conseguir arredondar os fins de mês. Por exemplo, fazendo o trabalho de "motoristas substitutos", que podem ganhar entre 100.000 e 400.000 ienes por mês (cerca de

A LUTA PELA INDEPENDÊNCIA NA AMÉRICA LATINA

Nossa América

JOSÉ MARTÍ

Os mais importantes trabalhos do herói-mártir da independência de Cuba, selecionados e apresentados por Roberto Fernández Retamar, diretor da Casa de las Américas. Uma incrível antevisão dos problemas que afligem hoje os povos da "Nossa América", expressão cunhada por Martí para denominar os países de fala latina, em oposição aos norte-americanos de fala anglo-saxã. Leia este livro e entenda porque, para os EUA, Cuba deve ser silenciada.



AIDS, SEXUALIDADE E DROGAS

Saúde Loucura 3

HERBERT DANIEL, JURANDIR FREIRE COSTA, GILLES DELEUZE, NÉSTOR PERLONGHER E OUTROS

Para Antonio Lancetti, diretor da série "Saúde Loucura", transitar pelos textos deste livro, e com eles, leva a um novo convívio com a AIDS, e a um relacionamento diferente com as drogas. São textos que, sem a hipocrisia e a simplificação com que habitualmente se evitam problemas de AIDS, sexualidade e drogas, levarão o leitor à problematização de experiências de excesso, êxtase, morte e vida.

PEÇA CATÁLOGO GRÁTIS
À VENDA NAS LIVRARIAS, OU DIRETAMENTE NA EDITORA.
TELEFONES: (011) 543-0653, 530-9208
FAC-SÍMILE: (011) 535-4187



EDITORA HUCITEC
RUA GIL EANES, 713
SÃO PAULO-SP
CEP 04601-042

sol nascente

OS NOSSOS JAPONESES LÁ



Para muitos nipo-brasileiros, essa diminuição no salário significou mandar os filhos de volta para o Brasil. A educação no Japão é cara, mesmo nas escolas públicas. Sem falar dos gastos com alimentação, vestuário e lazer, que engolem boa parte dos salários. Os dekasseguis, por definição, estão mesmo atrás de ganhar bem e economizar dinheiro. O que era fácil há dois anos. Agora, depois de feitas as contas, não sobra muito para a poupança. Também ninguém é de ferro e precisa espairecer de vez em quando. Sem contar a saudade. Para que não bata forte demais, muita coisa que não tinha antes por aqui tem surgido: lingüiça brasileira, massa pra pastéis, Brahma em lata, feijão e Sôno de Valsa. Sem contar os quatro programas de rádio com música e notícias do Brasil, um jornal semanal bilíngüe português-espanhol, notícias do Brasil pelo telefone, vários restaurantes e o que mais se inventar de fazer.

Tem carnaval programado em alguns clubes, jogos de futebol com times de brasileiros e bandas de música tocando samba e bossa-nova. Tem até anúncio classificado oferecendo trevos da sorte e leitura de tarô em português.

O governo japonês também tem se esforçado para suavizar a vida dos dekasseguis brasileiros, criando Centros de Empregos e colocando intérpretes à disposição em determinados dias da semana em escolas, centros jurídicos etc.

Os ienes andam ariscos e todo mundo anda de cinto apertado. E bebendo cerveja nacional em vez de Beaujolais Nouveau importado, comendo tripas e miúdos em vez de carne de primeira. À espera do fim da recessão. Que, segundo as previsões de economistas japoneses, dura por mais de um verão.

Melhores dias virão? Veremos.

(M.L.R.)

800 a 3.200 dólares). O trabalho consiste em servir de motorista para pessoas que beberam - ou vão beber - demais e querem voltar para casa no próprio carro, mas não têm condições de dirigi-lo. Fica até mais barato usar esse "motorista substituto" do que pagar estacionamento e táxi. Para se candidatar a "motorista substituto" só é necessário ter carteira de habilitação, ficar sóbrio e conhecer Tóquio e os seus meandros.

Outro bico que paga bem

é o de servir de mestre-de-cerimônia em recepções de casamento. Uma pessoa experiente pode ganhar uns 35.000 ienes (cerca de 280 dólares) numa cerimônia de duas horas. Mas é preciso ter jeito para a coisa, gostar de falar e dizer as coisas certas nas horas certas. Quem tem outros talentos pode buscar outras opções, tipo trabalhar como extra em filmes ou em programas de televisão. Ou dar aulas particulares, fazer traduções, trabalhar como garçom ou gar-



VAL INAMINI

Nestas ruas não há sem-tetos, apesar da recessão.

çonete, tomar conta de crianças, ser entregador de jornal. A lista é grande e o único cuidado é não abrir o jogo com ninguém da empresa sobre esses biscates. A maioria delas proíbe a seus funcionários fazer bicos, embora ninguém tenha sido ainda punido por causa disso.



OS NÚMEROS. Para um país vivendo em recessão, até que a taxa de desemprego no Japão

é pequena. Em dezembro do ano passado, ela chegou a 2,4%, a maior desde maio de 1989. Para se ter uma idéia, essa taxa, no mesmo mês, foi de 7,3% nos Estados Unidos, 10,5% na Grã-Bretanha e 11,5% no Canadá. O número de desempregados no Japão é de 1 milhão 440 mil pessoas, dos quais 830 mil do sexo masculino e 630 mil do sexo feminino. Esse número aumentou em 170 mil em relação a 1991. Mas nem todos os setores da economia estão no mesmo pé de igualdade. Na agricultura, por

exemplo, houve uma baixa de 80 mil pessoas, enquanto que na indústria ela foi de 40 mil trabalhadores. Já no setor da construção, houve um acréscimo de 290 mil novos empregos e no setor de serviços este número cresceu em 170 mil, passando para um total de 14 milhões e 880 mil pessoas. Em outras áreas, como comércio atacadista e varejista e no setor de serviços alimentares (restaurante e similares), não houve mudanças. Segundo o Ministério do Trabalho, havia 93 empregos para cada 100 candidatos, em dezembro de 1992. Nada mal. Entretanto, em 1991, a proporção era de 140 vagas para cada 100 candidatos. Bons tempos os que viram a chegada de trabalhadores estrangeiros em números cada vez maiores.

Mas agora, como ficam os dekasseguis (trabalhadores estrangeiros) em tudo isso? O principal problema é que o salário real diminuiu, com o corte nas horas extras. E também a possibilidade de escolher quem paga mais ou oferece

mais vantagens. Acabou a euforia para eles também. E aumentou a competição com os japoneses.

Antes, quando os empregos eram fartos, os trabalhadores estrangeiros eram bem vindos. Agora, já passam a ser olhados um pouco de lado, como concorrentes. Mesmo os famosos "empregos 3K" (*kiken, kitanai, kitsui*), ou seja, perigosos, sujos e difíceis, não são mais tão desprezados pelos nipônicos.

MARY LOU REBELO,

jornalista e professora, moradora de Tóquio desde 1981



Assine o Brasil Agora e voe de graça para Cuba

Fazendo uma assinatura de apoio do **Brasil Agora** em duas vezes, você ajuda a construir uma imprensa crítica e livre, e ainda concorre a uma viagem de uma semana a Cuba, incluindo passagem aérea, traslado de chegada e saída, visto, seguro de viagem e 6 diárias com meia pensão no Hotel Tuxpan, na maravilhosa praia de Varadero.

DE GRÁTIS ATÉ EU QUERO...
GARÇOM... MANDA UMA
ASSINATURA E UMA GARRAFA
DE RUM!



REENCHA EM LETRA DE FORMA. Envie cheque nominal e cruzado a EDITORA BRASIL AGORA LTDA, Alameda Gleite, 1049 - Sta. Cecília - CEP 01215 - São Paulo/SP - Fones (011) 222.6318, 220.7718 e 223.2974

NOME _____

ENDEREÇO _____

CIDADE _____

FONE _____

UF _____

CEP _____

PROFISSÃO _____

- Assinatura 12 edições Cr\$ 250.000,00
- Assinatura para o exterior (semestral US\$ 30,00)
- Assinatura 25 edições (anual) Cr\$ 500.000,00
- Assinatura de apoio (anual) Cr\$ 830.000,00

ESTA PROMOÇÃO É VÁLIDA PARA ASSINATURAS DE APOIO FEITAS A PARTIR DE 21/01/93. SERÃO FEITOS 2 SORTEIOS. SERÃO SORTEADAS DUAS VIAGENS NO 1º SORTEIO, DIA 31/03/93 NA SEDE DO JORNAL

O Carnaval carioca é um negócio. E ponha-se ambigüidade no que a frase contém. O Sambódromo ainda não fora plantado na Visconde de Sapucaí. E já na década de setenta, capengando e em grandes dificuldades, bastante doente, escorando-se numa bengala, carapinha branquejada e agüentando certa elegância antiga de terno e gravata, ali pelos lados da rua Gomes Freire, na barriga de um dos bairros mais boêmios e musicais do Rio, a Lapa, Ismael Silva, patrimônio do samba e fundador da primeira escola, a Deixa Falar, lamentava que o desfile das escolas e o Carnaval carioca iam cada vez pior, como raízes e tradição. Cada novo ano, decepção.

Pra turista ver e pra engabelar otários e endinheirados. Pra tevê comercial, brasileira e estrangeira, filmar e faturar. Pras mulatas, cabrochas e crioulas bonitas mais expõem o corpo de molejo sensualíssimo, ondulado, do que levarem o samba no pé. Competição voraz do luxo e da riqueza saídos do jogo do bicho e do narcotráfico. Uma guerra, um dinheiro *versus* dinheiro, em que a estrela grande da festa - o desfile das escolas de samba - sufocou todo o resto do Carnaval e, o pior, varreu a espontaneidade das ruas e os grandes blocos como o Cacique de Ramos ou o Bafo da Onça e também os livres, desarrumados, gostosos blocos dos sujeitos. Uma naturalidade, um espírito da brincadeira a exprimir um traço raro nos povos do mundo inteiro. Somos um povo capaz de sair às ruas pra cantar e dançar e temos alegria de viver, apesar de todas as mazelas, abandono e penúria.

ANTROPOFAGIA. Todo esse estrago e muito mais. No entanto, mesmo desvirtuado, comercializado, vendável e vendido, prostituído, desdobrável, turisticado ou para exportação, o Carnaval do Rio é o maior espetáculo de festa popular do mundo. Descaracterizado, desde o ritmo, em que a marcha quase substituiu o samba, e em que os sambas-enredos já não contam uma história como nos idos de Silas de Oliveira ou de uma página memorável como o "Memórias de um Sargento de Milícias", de Paulinho da Viola, o Carnaval resiste no Rio. Desce o morro e não se cansa. Vai agüentando infiltrações por cima e por baixo, do paternalismo nefasto dos bicheiros ao domínio brutal, que já se anuncia, vencedor, dos narcotraficantes. E suporta os fiscais de uma cultura branca, doutoral e colonizada, os quais, nada tendo a ver com o samba, são oficialmente os julgadores do seu talento ou competência. Resiste à própria Riotur, e vai fazendo a seu modo uma antropofagia dos corpos estranhos ou espúrios que são enfiados nele, dos isopores às pastoras de seios de fora. O Carnaval carioca acaba passando ao largo de tudo e carregando tudo. Faz antropofagia macunaímica - engole e assimila como pode.

Claramente há uma indústria do Carnaval a se esparramar copiosamente pela zona norte do Rio, onde sobrevivem - Madureira é a capital do samba com três escolas das grandes: Portela, Império Serrano e Tradição, um braço desdobrado da Portela, hoje estabeleci-



O Rio que funciona

Ele resiste à TV interessada em mostrar peitos e bundas e à gigolagem oficial da Riotur

do nos lados de Cascadura - pequenas empresas, batalhões de costureiras, satélites da lida intensa dos barracões, as oficinas das escolas de samba.

NEM TV DESTRÓI. O desfile das escolas é feito pelos favelados. A cultura rítmica e musical dos negros excluída do asfalto pelos poderosos, empurrada para os morros, desceu e se impôs na avenida do samba. Resistiu às mudanças da Praça Onze para a avenida Rio Branco, da Presidente Vargas para a Marquês de Sapucaí, como agüentou as contrafações de seus exploradores oficiais, a Riotur - e não os banqueiros do bicho, os narcotraficantes. Nem a tevê comercial consegue desvirtuar a sua grandiosidade; e há momentos em que a tevê tenta transformar um desfile num espetáculo de bundas e peitos de fora, num sensacionalismo vendedor, grosseiro e grotesco.

Duas organizações funcionam de

verdade no Rio. O jogo do bicho e o Carnaval. E num país em que tanto se teoriza sobre planificações e reformas, que não são uma coisa nem outra e, sim, um rosário macabro e repetido de fiascos e incompetências - da educação primária aos planos econômicos - é de se fazer uma reflexão quanto ao funcionamento desses dois fenômenos. Há bases e valores mais fortes do que a hierarquia e a competição por detrás do sucesso do bicho e do Carnaval. Um deles, a esperança; outro, a lealdade; mais um, a nossa alegria de viver, o nosso gosto pelo lúdico e a nossa carência de fantasia.

De modo direto, nossos executivos deveriam atentar. O tão famoso Mestre Marçal, introdutor de inovações nas baterias, resolveu este ano retornar à sua velha escola, a Serrinha, o Império Serrano. Poderia, claro, voltar diretor. Fez questão fechada de retornar como ritmista apenas, muito ao jeito de um dos grandes sambas de Noel Rosa: não quer tirar patente, só quer mostrar que faz samba também.

É um exemplo pra se pensar.

JOÃO ANTÔNIO
do Rio de Janeiro

(O AUTORACOMPANHA O CARNAVAL CARIOCA DESDE QUANDO ERA NA PRAÇA ONZE. FOI JURADO NO PRIMEIRO DESFILE DO SAMBÓDROMO, QUANDO DEU NOTA 6 À LETRA DA SALGUEIRO E PASSOU DOIS MESES SENDO AMEAÇADO DE MORTE.)

SALADA PAULISTA

São Paulo não tem camarote nº 1. Não tem gala gay. Não tem o dinheiro do bicho. Não tem sambódromo digno de um Brizola. Mas tem samba. Por extensão, tem Carnaval. Meio tímido e quase artesanal se comparado ao do Rio, mas levou muita gente para o asfalto. O desfile do grupo especial colocou doze escolas no pólo cultural do Anhembi, o primo pobre do sambódromo carioca. E milhares de foliões, só no grupo especial, se esforçando para mostrar que a terra da garoa ainda vai invadir a praia deles. Se não falta vontade para chegar perto do "maior espetáculo do mundo", míngua o dinheiro. Só a prefeitura do Rio colocou US\$ 5,2 milhões no espetáculo. As escolas do grupo especial - quase todas ligadas ao jogo do bicho - gastaram outros US\$ 11,8 mi. A Rede Globo pagou à liga das escolas carioca US\$ 1,5 milhão. Os números de São Paulo são terrivelmente modestos perto de tanta verdinha. As escolas paulistanas colocaram na avenida US\$ 2 milhões, mais US\$ 850 mil doados pela prefeitura.

Mas há quem diga que a força da grana não pesa tanto. "Costume paulista é diferente." Curta e grossa, a frase do cidadão mineiro Alberto Alves da Silva, que virou seu Nenê da Vila Matilde, desconversa essa história de que a diferença está na quantidade e procedência do dinheiro. Para ele, o Rio "tem praia" e isso explica quase tudo. "Paulista só vem pro ensaio depois que sai o 13º, carioca fica quase o ano inteiro na quadra. Enquanto a gente dá um duro, eles estão no pagode", crava o Alberto que dá nome à "sua" escola-de-samba.

IMPROVISO E TALENTO. A falta de dinheiro empurra as escolas para o improviso mas torna o Carnaval de São Paulo mais espontâneo. No que depende de gogó, por exemplo, não há muita diferença. Royce do Cavaco e Eliana de Lima ficaram conhecidos como puxadores na avenida Tiradentes. Sem o glamour carioca e independente da estética global, a festa paulistana é "muito mais cultural", nas palavras de Celso Lima, presidente da Prova de Fogo, uma escola sem quadra mas que acaba de subir para o grupo 1.

Para Celso o dinheiro que sobra no Rio "só traz discórdia aqui. O ideal seria investir nos alicerces, criando estrutura como sedes sociais e quadras".

Seu Nenê e Celso só fazem coro na hora de reclamar da falta de apoio, tanto de poderes públicos como da iniciativa privada. "No Rio eles têm o jogo do bicho, que é dinheiro bem vindo porque é dinheiro. Estes caras aqui são uns cegos", dispara o presidente da Nenê da Vila Matilde. Celso, cuja escola apresenta um samba enredo que exalta a participação dos caras-pintadas no impeachment de Collor, acha que a postura radical da agremiação dificulta um pouco - "nós não aceitamos o é dando-que-se-recebe" - mas também se queixa do desinteresse: "Os industriais, comerciantes e autoridades só dificultam os trabalhos de quem é mais progressista, como é o caso da nossa escola".

EDSON CAMPOS



BRASIL
AGORA

